

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

INFORMALIDADE NOS TRILHOS:
JOVENS TRABALHADORES NO METRÔ DO RECIFE

RISAEI SYBALDE CARNEIRO JUNIOR

RECIFE
2019

RISAEAL SYBALDE CARNEIRO JUNIOR

**INFORMALIDADE NOS TRILHOS: JOVENS TRABALHADORES NO METRÔ DO
RECIFE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o Dr. Paulo Afonso Barbosa Brito.

RECIFE

FEVEREIRO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C289i Carneiro Junior, Risael Sybalde
Informalidade nos trilhos: jovens trabalhadores no metrô do Recife / Risael Sybalde Carneiro Junior. -
2019.
66 f. : il.

Orientador: Paulo Afonso Barbosa Brito.
Inclui referências e apêndice(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2019.

1. Trabalho informal. 2. Jovens. 3. Metrô do Recife. I. Brito, Paulo Afonso Barbosa, orient. II. Título

CDD 300

RISAEAL SYBALDE CARNEIRO JUNIOR

**INFORMALIDADE NOS TRILHOS: O TRABALHO INFORMAL DE JOVENS NO
METRÔ DO RECIFE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como requisito a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: _____ de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Paulo Afonso Barbosa Brito
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profº Dr. João Moares de Souza
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Drª Julia Figueredo Benzaquen
Universidade Federal Rural Pernambuco

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Clara Maria de Lemos Carneiro

A meu pai, Risael Sybalde Carneiro

E minhas irmãs, Clara, Mariana, Marília e Eduarda.

AGRADECIMENTOS

Este ciclo na minha vida poderemos dizer que foi de intensa luta, em frente muitas dificuldades. Tenho plena consciência dos meus esforços para cumprir esta importante etapa em minha jornada aqui neste mundo.

Ao orientador, professor Paulo Afonso Barbosa Brito, com profunda admiração pela sua simplicidade e seu intenso entusiasmo desde início da minha jornada acadêmica sempre esteve presente com seu apoio fraterno, inclusive nas minhas próprias deficiências na compreensão da ciência social e da vida.

A professora Julia Benzaquen por sua generosidade e compreensão.

Ao professor João Morais por seu intenso apoio nesta jornada.

Ao corpo docente do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE.

Em especial as minhas amigas, Ruhana por sempre me incentivar e fazer acreditar em minhas potencialidades, e Michelle por sua ajuda e sua formidável experiência na pesquisa de campo.

Aos meus amigos, Rhuan, Leandro, Jonatas, Marconiedson, Jenifer, Gabriel e Hacsa, que sempre estiveram presente e me apoiaram nesta empreitada acadêmica.

Aos meus eternos amigos de turma Neuzitânia, Marcus, Thiago, Maíra e Ana.

RESUMO

A presente monografia parte da constatação de que o mundo do trabalho é estruturante das relações sociais nas sociedades humanas, portanto, a categoria trabalho é importante para a sociologia no seu esforço de explicar os fenômenos sociais. Durante o século XX profundas modificações marcaram o mundo do trabalho, tratamos especificamente do trabalho informal entre jovens, destacando as razões que levam os jovens para esse tipo de trabalho e levantando a hipótese, de que eles pertencem a famílias de baixa renda, necessitando de fontes complementares para o sustento familiar, enquanto buscam uma qualificação profissional tendo em vista um trabalho mais estável. Como objetivo central definimos por investigar as causas que levam os jovens a se submeterem ao trabalho informal, fortemente precarizado no metrô do Recife. O caminho metodológico percorrido teve como base a pesquisa qualitativa, através de entrevistas individuais semi-estruturadas e observações de campo, como referências teóricas levantamos desde os fundadores da sociologia aos autores contemporâneos da sociologia do trabalho, com ênfase nos brasileiros Ricardo Antunes e Giovanni Alves, e para o estudos da juventude, focalizamos em Helena Abramo. Na conclusão demonstramos como a hipótese foi confirmada, contudo, destacamos que, o conceito e a condição de baixa renda, é insuficiente para caracterizar a dinâmica cotidiana e as expectativas de vida de jovens trabalhadores informais.

Palavras chave: Trabalho informal. Jovens. Metrô do Recife.

ABSTRACT

This monograph starts from the observation that the world of work is structuring of social relations in human societies, therefore, the category of work is important for sociology in its effort to explain social phenomena. During the twentieth century profound changes marked the world of work, we deal specifically with informal work among young people, highlighting the reasons that lead young people to this type of work and raising the hypothesis that they belong to low income, needing complementary sources for family support, while seeking a professional qualification for a more stable job. As a central objective, we define by investigating the causes that lead young people to submit to informal work, which is highly precarious in the Recife subway. The methodological approach was based on qualitative research, through individual semi-structured interviews and field observations, as theoretical references from the founders of sociology to the contemporary authors of the sociology of work, with emphasis on Brazilians Ricardo Antunes and Giovanni Alves, and for youth studies, we focus on Helena Abramo. In conclusion, we demonstrate how the hypothesis was confirmed, however, that the concept and condition of "low income" is insufficient to characterize the daily dynamics and life expectancy of young informal workers.

Keywords: Informal work. Young. Subway from Recife.

LISTA DE SIGLAS

CBTU	Companhia Brasileira dos Trens Urbanos
CNJ	Conselho Nacional de Juventude
COPERTRENS	Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
METROREC	Metrô do Recife
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIB	Produto Interno Bruto
PFF	Policiais Ferroviários Federais
RFSA	Rede Ferroviária Federal S/A
RMR	Região Metropolitana do Recife
SEI	Sistema Estrutural Integrado
SINTRACI	Sindicato dos Trabalhadores (as) do Comércio Informal do Recife
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
STPP	Sistema de Transporte Público de Passageiros
STU/REC	Superintendência de Trens Urbanos do Recife
TIP	Terminal Integrado de Passageiros
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO - O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA	
1.1 Elucidações da categoria do trabalho nos clássicos da sociologia.....	16
1.2 O debate sociológico contemporâneo sobre o mundo do trabalho	20
1.3 Informalidades: trabalho informal e trabalho precário	25
2. CAPÍTULO - METRÔ DO RECIFE E O TRABALHO INFORMAL ENTRE OS JOVENS	
2.1 O metrô do Recife: histórico e situação atual.....	32
2.2 Juventude e trabalho informal no metrô do Recife	36
3. CAPÍTULO - INFORMALIDADE NOS TRILHOS: JOVENS NO TRABALHO INFORMAL DO METRÔ DO RECIFE	
3.1 Caracterizando o local.....	42
3.2 Quem são os jovens entrevistados no metrô do Recife	44
3.3 Aspectos sócio-econômicos dos jovens que trabalham na informalidade.....	46
3.4 A situação dos jovens no metrô sob ótica da sociologia do trabalho	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
6 APENDICE A	64

INTRODUÇÃO

As análises sociológicas desde suas tradições clássicas, com a intensa transformação e revoluções nas sociedades modernas do século XIX, até as elaborações contemporâneas, não podem desconsiderar o trabalho humano como um fenômeno social na formação da evolução das sociedades ocidentais. Sua trajetória, em certo modo, está vinculada a tradição do pensamento sociológico, ora como elemento central, ora integrado, mas sempre como agente provedor de discussões no debate sociológico. De fato, se olharmos sob as múltiplas lentes epistemológicas que a sociologia promoveu, tendo em vista, as constantes transformações no interior das sociedades contemporâneas. Não podemos descartar o imenso esforço dos autores clássicos da sociologia que elevaram esta ao “status quo” de ciência, preocupada principalmente em estudar este fenômeno da vida social humana na dinâmica dos movimentos na coletividade. Se olharmos para o passado da ciência social e o presente momento, o trabalho humano continua como uma das importantes categorias sociológicas, pois, ele nasce junto à ação humana, em sua infindável interação entre o homem e a natureza. Esta constatação social e sociológica é parte da problemática que inspira a presente monografia.

Nesta presente monografia partimos da seguinte pergunta: por que o trabalho é importante para a vida humana e ainda é uma categoria chave para sociologia? Sabemos que a sociologia nasce como uma ciência, ou obtém este status principalmente no início devido às contribuições de Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Em que o trabalho é percebido inicialmente como a ação do homem sobre a natureza para produzir os bens necessários à sua sobrevivência, como também nas perspectivas de Webber que versa sobre trabalho em nossa sociedade por apresentar traços de uma vocação, e um signo de dignidade, permeado sobre uma ética social; e Durkheim que apresenta o trabalho por ter uma consciência coletiva, que vai se desfigurando com advento do capitalismo se tornando uma sociedade complexa, obtendo novas necessidades e orientando a solidariedade coletiva na divisão social do trabalho. E Marx, que relatará o trabalho como um processo entre o homem e a natureza, e para o trabalhador nada mais resta, que a venda da sua força de trabalho, ela se torna uma mercadoria. Entre outros autores contemporâneos achamos importante incluir Anthony Giddens (2012), que faz esclarecimentos das implicações do trabalho moderno na vida social.

Dito isto, nas últimas décadas, ocorreram transformações no mundo do trabalho, especialmente com a incorporação das novas tecnologias, reestruturação do capital, o fenômeno da flexibilização laboral, desemprego estrutural, evidenciando assim diversas mutações que surgem em novas formas de trabalhos permeados na lógica do capital, ora, reflexos também da sua marginalização do trabalho e do caráter emancipado das reais virtudes humanas, frutos das constantes crises insurgentes do capital na era globalização (ANTUNES, 2004).

Tais acontecimentos comprovam a relevância central do trabalho na contemporaneidade e provocam diversas discussões ocorridas no mundo do trabalho, demonstrando ser um fator essencial para a construção da vida social. Assim, o trabalho tem uma relevância central para a pesquisa sociológica, na verdade se constitui ainda um desafio tanto para sociologia brasileira, quanto mundial, devido principalmente, a boa parte de literatura sociológica resgatar as bases pilares da herança da sociologia clássica, principalmente no caso brasileiro. Hoje é possível se vislumbrar os novos horizontes, para um direcionamento de estudos fora da análise dos circuitos do trabalho clássico, como, os fenômenos das novas formas precarizadas de trabalho, sendo uma delas o trabalho informal. Com isto, utilizamos alguns teóricos contemporâneos no campo sociológico atual que se debruçam em suas discussões sobre o mundo do trabalho, suas metamorfoses e transformações em nossa sociedade contemporânea e consideram o trabalho como categoria chave e como fonte vital das relações sociais em nossa sociedade.

Na atualidade é importante investigar o fenômeno do trabalho informal, no âmbito da sociologia trabalho, através de um estudo aprofundado abordando diversos autores que debatem intensamente a economia informal no cenário mundial e brasileiro, com ênfase em estudos que abordam a temática da juventude. Constatamos como fator preponderante em nossos estudos o fenômeno do desemprego que atingem as classes de trabalhadores mais vulneráveis. Nisto, evidenciamos que grandes partes destes trabalhadores são jovens que diariamente vivem as margens de um trabalho decente, segundo perspectivas da Organização Internacional do Trabalho OIT (2012). Tais jovens participam das grandes massas de trabalhadores que compõem o comércio urbano informal, visto cotidianamente na paisagem urbana das grandes cidades. Entendemos que as transmutações no mundo do trabalho na contemporaneidade, são acompanhadas também de grandes

mudanças em nível da análise sociológica, com alguns autores chegando a propor o fim do trabalho como categoria central para a sociologia, conforme veremos adiante.

Neste panorama, com estas intensas transformações no mundo do trabalho na atualidade, especialmente no Brasil, há disseminação e crescimento do trabalho informal, destacados por diversos autores, a dimensão do “trabalho precário”. Frente a esta realidade nos colocamos como pergunta central para nossa investigação: quais são as razões que levam os jovens a optarem pelo trabalho informal e/ou precarizado no metrô do Recife?

Nossa hipótese de trabalho, que veio a orientar o caminho percorrido na nossa pesquisa de campo e na análise, salienta que tais jovens se submetem a este nível de trabalho por serem de famílias de baixa renda, que portanto necessitam de fontes complementares para a renda familiar e o sustento da família, enquanto buscam uma qualificação profissional para um trabalho mais estável.

Desta forma, assumimos os seguintes objetivos para a presente monografia: objetivo geral, investigar as causas que levam os jovens a se submeterem ao trabalho informal, fortemente precarizado no metrô do Recife, tendo que enfrentar diversos problemas, desde a fiscalização dos agentes fiscais da empresa, a ausência de direitos trabalhistas e proteção social. E como objetivos específicos: caracterizar as condições de vida dos jovens submetidos ao trabalho informal no metrô do Recife e como suas implicações contribuem pela escolha do trabalho informal dos pesquisados; discutir se a condição de trabalho informal ou precarizado no metrô é assumida como uma profissão fim ou consiste em uma transição para o trabalho formal estável profissionalizado; analisar as condições do trabalho informal precarizado realizado por jovens no metrô do Recife à luz da sociologia do trabalho.

Frente a esta problemática, para testar essa hipótese e enfrentar esses objetivos de trabalho, a presente monografia assume como metodologia de trabalho, a dimensão dos métodos qualitativos de pesquisa social através da técnica de “entrevistas individuais semi-estruturadas”, aplicando com perguntas fechadas e abertas, realizadas com jovens de 16 a 29 anos, vendedores ambulantes no metrô do Recife.

Consideramos esta proposta metodológica coerente com nossas preocupações, pois, enseja construir a maior aproximação possível entre o pesquisador e o público pesquisado, ou a problemática de suas pesquisas.

Destacamos que este é um caminho importante para captar as singularidades das experiências pesquisadas: tendo em vista que o aglutinamento de pessoas, como tecem os vínculos sociais, mas também, para entender os processos de distanciamentos e apatias, desinteresses ou falta de estímulo pelas iniciativas da vida coletiva ou comunitária (MINAYO, 2002).

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2002, p. 21-22):

se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado,” buscando trabalhar com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.”

No processo de coleta de informações foi realizada a técnica de entrevista, uma vez que:

Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletivas. (MINAYO, 2002, p. 57)

Em termos práticos entrevistamos onze (11) jovens, conforme acima referidos, tanto nos vagões dos trens, quanto nas estações de Joana Bezerra, Barro e Afogados, paralelo as entrevistas realizamos observações de campo, com intuito de compreender outros elementos não previstos, nas entrevistas, tais observações foram sistematizadas em um “caderno de campo”.

Na realização das entrevistas com os jovens ambulantes foi utilizado um roteiro semi-estruturado (apêndice A) dividido em dados pessoais, aspectos socioeconômicos, atividade profissional e renda, motivações, tempo de atuação, aspectos positivos e negativos do trabalho, totalizando quatorze questões. Resolvemos elaborar questionários de múltiplas escolhas pelo intuito de colher os dados com maior brevidade, já que o ambiente do metrô para os ambulantes se caracteriza como ambiente bastante dinâmico e fluido, devido à intensa transitoriedade de passageiros. É importante ressaltar que as aplicações das entrevistas foram feitas por dois pesquisadores de ambos os gêneros. Prevendo um ambiente mais favorável, promovendo uma maior “confortabilidade” na disposição das informações por parte dos entrevistados. No primeiro contato que tivemos com os jovens ambulantes, boa parte deles se negaram a responder a pesquisa principalmente na estação de Joana Bezerra, pois observamos que um grupo

constantemente estava com medo das apreensões das suas mercadorias, a maioria eram jovens pardos que se localizavam na saída da estação com a integração com o metrô, e por ser considerado um lugar de extrema violência, por parte também dos agentes fiscais, como pudemos constatar nas conversas informais com os mesmos.

Entre outras dificuldades na pesquisa, na aplicação das entrevistas nas estações, foi observado que boa parte deles estavam constantemente preocupados com os arredores, quando questionados os motivos de tal comportamento, dos olhares ao lado, dentro das conversas informais, a maioria falavam da truculência dos agentes fiscais e perda das mercadorias. Outro ponto relevante, é que a grande maioria dos jovens que foram abordados nos vagões e informados do intuito da pesquisa, não teve interesse de fornecer as informações, fora dos horários de “pico” devido o grande fluxo de passageiros. Visto, esta dificuldade preferimos abordar os ambulantes que ficavam parados dentro das estações e nas passarelas e saídas, ou seja, os ambulantes que transitavam menos dentro dos vagões.

A presente monografia está distribuída em três capítulos: no primeiro capítulo, é abordado aspectos sociológicos sobre o mundo do trabalho, retomando os clássicos, até os debates contemporâneos, sua precarização, transformação e informalidade. No segundo capítulo é feita a descrição da estrutura física e logística do metrô do Recife, quantidade de passageiros, uma breve explanação da condição político-geográfica da região metropolitana e um debate sob os aspectos da juventude brasileira no contexto do trabalho informal e precarizado. No terceiro capítulo, são apresentados os jovens ambulantes entrevistados no contexto do mercado informal do metrô do Recife, observando sua situação nesse ambiente, no referente contexto político-social, analisando as características como os dados pessoais, aspectos socioeconômicos, suas trajetórias e renda desses jovens, retomando os teóricos abordados no primeiro e segundo capítulo. E por último as considerações finais sintetiza as causas que podem levar os jovens ambulantes a se submeterem ao trabalho informal, precarizado, no metrô do Recife, tendo em vista os objetivos mencionados nesta pesquisa.

Enfatizamos também, que este estudo, tornou-se importante para o pesquisador, porque mesmo tendo se formado no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) em curso técnico e estar cursando Ciências Sociais em Universidade Federal Rural de Pernambuco, enfrenta dificuldades para oportunidades de trabalho nas

áreas em que foi escolarizado. E por essa situação, resolveu optar pelo trabalho informal, e ao analisar o panorama da informalidade em relação com as realidades de vários jovens que estavam no metrô, notou que isso é um problema recorrente de realidades que estão inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, muitas vezes, tais jovens se submetem a esse tipo de trabalho, por não ter acesso ao ensino, ou simplesmente para sustentar a família, acabam não concluindo os estudos e resolvem optar pelo trabalho informal.

1. O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

1.1 Elucidações da categoria do trabalho nos clássicos da sociologia

A sociologia nasce como uma ciência tendo como uma das categorias centrais o trabalho humano, ou trabalho produzido pela sociedade, percebido inicialmente como a ação do homem sobre a natureza para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. Normalmente valorizado, por ser a condição de garantia de sobrevivência das pessoas, por ocupar boa parte do tempo da existência humana, por possibilitar o desenvolvimento das capacidades e habilidades, por ser um espaço de constituição de amizades e companheirismo. Em contrapartida, por ser um lugar de exploração do cansaço, do sofrimento, de competição. Para a sociologia, é sobretudo um fenômeno estruturado da vida social.

A sociologia registra três revoluções no mundo do trabalho que marcaram profundamente a história da humanidade (BRYM et al., 2010, p. 288): em cada uma dessas revoluções um setor diferente da economia se tornou preponderante. Primeiro, ocorreu a revolução agrícola, a cerca de 10 mil anos atrás, na transição das tribos nômades para a criação dos assentamentos com o cultivo de plantas e criação de animais. Em seguida, com a criação do arado, que aumentou vertiginosamente a produtividade no solo. A segunda, há 225 anos atrás com o desenvolvimento da indústria moderna na era da revolução industrial, com a máquina a vapor, estradas de ferro e outras inovações tecnológicas, partindo da Inglaterra e posteriormente para outros continentes.

A terceira é o que podemos chamar o desenvolvimento do setor de serviços, marcada por novas inovações tecnológicas no setor industrial na segunda metade do século XX, principalmente pela informatização das relações humanas centrada no trabalho, com o uso dos computadores. Sendo marcada por aumento vertiginoso na produtividade, na produção de empregos, na revolução do setor agrícola com o agronegócio e no setor de serviços. A divisão do trabalho se tornou complexa com a criação de diversos novos ramos e as tarefas tornaram-se cada vez mais especializadas, intensificando as revoluções no mundo do trabalho e mudando as relações sociais entre os trabalhadores. Em suma, as três revoluções são análogas à divisão dos três setores da economia, setor primário, secundário e terciário. Apontado por (BRYM Apud Gellner, 1988; Lenski, 1966, p. 288): Três eventos revolucionários na história do trabalho humano.

Portanto, o trabalho é visto como fenômeno humano e social, bem como categoria sociológica por ser considerado como um dos conceitos fundadores da sociologia. Apesar das diferenças, como explicitaremos a seguir, na atualidade continua sendo uma questão importante para a sociologia, pois é uma dimensão central na vida das pessoas, uma vez que: o significado social do trabalho está diretamente ligado a concepção cultural da sociedade contemporânea, pois, ter um emprego ou uma atividade possui sentido importante na obtenção da auto-estima, mesmo em condições desagradáveis. Assim como, a noção de trabalho ultrapassa o significado, com que frequentemente associamos à labuta¹, o trabalho se torna um elemento importante na formação psicológica dos indivíduos, e no ciclo de atividades diárias.

Neste sentido, Anthony Giddens (2012), aponta algumas dimensões relevantes do trabalho: dinheiro: obtenção de renda e empregabilidade, sem tal, a ansiedade aumenta na vida dos indivíduos; nível de atividade: o trabalho é a base para desenvolvimento das habilidades e capacidades humanas; variedade: o trabalho se propicia em diversos contextos, como por exemplo o trabalho doméstico; estrutura temporal: em todas as suas esferas o trabalho proporciona um ritmo em nossa sociedade, embora, possa ser opressivo, possui sentido direcionamento na execução das atividades; contatos sociais: dentro e fora do trabalho, ele nos proporciona participar das atividades compartilhadas e criar vínculos sociais; identidade pessoal: o trabalho se torna valorizado pelo sentido que atribuímos e nos identificamos, possibilitando uma identidade social estável e uma estrutura ocupacional.

Visto isso, nesta breve explanação Giddens, observa algumas atribuições do trabalho contemporâneo ocidental, estamos portanto, partindo de um conceito amplo de trabalho, tal qual formulado por este autor:

Podemos definir o trabalho, seja remunerado ou não, como a execução de tarefas que exijam esforço mental e físico, que tem como objetivo a produção de bens e serviços para atender as necessidades humanas. Uma ocupação, ou um emprego, é um trabalho feito em troca de um salário ou um pagamento regular. Em todas as culturas o trabalho é base da economia. [...] com frequência tendemos a pensar no trabalho como o equivalente a ter um emprego remunerado, como implica a noção de estar 'sem trabalho', mas esta e na verdade, uma visão simplista. O trabalho não remunerado (como fazer trabalhos domésticos ou consertar o próprio carro)

¹ Segundo Giddens, o significado de Labuta possui um sentido negativo sendo: um conjunto de tarefas que queremos reduzir ou evadir totalmente.

é uma parte importante da vida de muitas pessoas e uma contribuição enorme para a vida das sociedades. (GIDDENS, 2010, p. 627).

Na tradição sociológica o trabalho está fortemente presente nas formulações dos três fundadores da sociologia, estamos falando de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

Em Durkheim, segundo Almeida (2014) o trabalho, ou mais especificamente a divisão do trabalho social, é de extrema relevância para compreensão do advento da modernidade e, por conseguinte, dos fenômenos sociais contemporâneos. Assim, durante o surgimento do capitalismo houve a transição de uma sociedade simples – caracterizada pela divisão social trabalho, em que o indivíduo tem um apego a determinado grupo, por meio de uma consciência coletiva – para uma sociedade industrial complexa (orgânica), na qual as relações vão desfigurando a consciência coletiva e a solidariedade é orientada por meio da divisão social do trabalho.

Já a visão de Weber irá apontar que a reforma protestante foi precursora dos valores de acumulação do capital, racionalização e burocratização, sendo responsável pela ascensão do capitalismo, e também, responsável pelo sentido da vocação no trabalho. Segundo Almeida (2014, p. 31),

O trabalho é uma vocação baseada em uma profissão que com o desenvolvimento do capitalismo contribuiu para o processo de desencantamento do mundo e, conseqüentemente, para o processo de burocratização, racionalização e especialização.

Além disso, Weber analisa que a ética protestante na sociedade moderna com o capitalismo, foi capaz de atribuir o sentido de dignidade à profissão, sendo esta a capacidade de ganhar dinheiro de forma legal, assim como, o processo de acumulação de dinheiro, envolvendo o aspecto teológico. Assim, ele constata uma inversão de ordem na atribuição de sentido ao trabalho, como uma perda de sua finalidade de vida, em função das necessidades materiais, em que “o ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais” (WEBER, 2004, p.46). Neste sentido a profissão se tornou um dever, como uma habilidade, sendo esta uma das ideias da ética social no capitalismo.

De fato: essa idéia singular, hoje tão comum e corrente e na verdade tão pouco auto evidente, da profissão como dever, de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo de sua atividade “profissional”, seja ela qual for, pouco importa se isso aparece à percepção espontânea como pura valorização de uma força de trabalho ou então de propriedades e bens (de um “capital”) — é essa idéia que é característica da “ética social” da cultura capitalista e em certo sentido tem para ela uma significação constitutiva. (WEBER, 2004, p.47).

Em Marx, o conceito de trabalho está diretamente ligado ao homem como agente transformador do mundo natural, empregando sua força de trabalho sobre a natureza. Como destacamos a seguir:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturnacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2011, p. 188).

Poderemos dizer que em Marx, o trabalho possui uma posição central, por meio de diversos conceitos como alienação, fetichismo, mais-valia e o próprio método do materialismo histórico. Além disso, ele possui uma abordagem severa da realidade que se passava com a expansão do capitalismo na sociedade industrial do século XIX, apontando as mazelas e a desigualdade social existente daquela época. Afirmando que o trabalho moderno se torna um penar, de modo que o trabalhador não se reconhece em seu trabalho, desmotiva-se e o trabalho se torna apenas um meio de subsistência. No modo de produção capitalista, junto à divisão social do trabalho, o trabalhador se torna uma mercadoria, sendo dono apenas da sua força de trabalho, como afirma Almeida:

[...] para Marx o trabalho deve ser compreendido como a relação entre o homem e a natureza, porém, com o surgimento do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho, ele adquire um caráter negativo que se torna sinônimo de antagonismo de classes e de reprodução das desigualdades sociais. Ao trabalhador, nada mais resta do que a venda da sua força de trabalho. Ele não se reconhece e nem se sente feliz com o produto e com o ambiente de seu trabalho. O trabalhador se torna cada vez mais pobre enquanto produz muitas riquezas que ficam nas mãos da classe dominante. Para Marx, o trabalho na sociedade capitalista é sinônimo de poder e dominação. (ALMEIDA, 2014, p. 28).

Além disso, Giovanni Alves (2007) aponta no cerne do desenvolvimento da produção capitalista a negação do trabalho com incremento da máquina, e a importância da dimensão ontológica na teoria Marxiana:

[...] o desenvolvimento do processo de produção capitalista é, como observou Marx, o processo de *alienação* do homem dos elementos do processo de trabalho, alienação dos objetos de trabalho (matéria prima), meios de trabalho (ferramentas) e inclusive do próprio trabalho vivo (o artífice e suas habilidades cognitivas). É o que observamos no ocidente, desde o século XV e que prossegue até os dias de hoje, como sendo um processo de largo espectro histórico. O surgimento do sistema de máquina tenderá a *negar* o processo de trabalho propriamente dito. (ALVES, 2007, p. 81).

Com este breve debate, achamos importante incluir estes conceitos para uma compreensão mais embasada da teoria social do trabalho.

1.2 O debate sociológico contemporâneo sobre mundo do trabalho

A discussão sociológica é bastante extensa no pensamento contemporâneo, temos uma gama de sociólogos que afirmarão a centralidade da categoria do trabalho como ontologia do ser social. Como também, existem muitas teses que discordam da centralidade do trabalho como categoria, que surgiu na formação da disciplina sociológica. Nesta seção, iremos abordar alguns temas mais debatidos na sociologia com autores que discutem os diversos fenômenos e transformações do mundo trabalho, como reestruturação produtiva, as novas formas de trabalho, desemprego estrutural, acumulação flexível e as metamorfoses do mundo trabalho.

Durante quase um século da experiência da sociologia como ciência, o trabalho permaneceu como um dos poucos consensos dessa ciência, no sentido de ser um instrumento analítico fundamental para entender as relações e os vínculos sociais, apesar das diferenças interpretativas. Embora existam inúmeras teses que discordam da centralidade do trabalho como categoria analítica, uma parte considerável teórica utiliza o trabalho como uma categoria central para a análise sociológica. Com as grandes transformações no mundo do trabalho na segunda metade do século XX, especialmente a partir da “revolução no setor dos serviços”, em especial o aparecimento da tecnologia microeletrônica, surgem os primeiros dissensos, e questionamentos a tal centralidade.

Entre as controvérsias criadas em torno da centralidade do trabalho para a sociologia contemporânea, destacam-se a “Desaparição do Trabalho”, de Dominique Méda, em que substitui a esfera do trabalho pela chamada esfera comunicacional; a “Perda de centralidade da categoria trabalho”, de Clauss Offe. Segundo as constatações de Ricardo Antunes em “Fim do Trabalho?” (ANTUNES, 2003).

Para nossa análise utilizaremos como referência as contribuições de Claus Offe em “Trabalho: a categoria chave da sociologia?” (OFFE, 2011). Este autor, ao considerar que a finalidade de toda teoria sociológica pode ser resumida, “[...] como o exame dos princípios que moldam a estrutura da sociedade, programam sua integração ou seus conflitos e regulam seu desenvolvimento objetivo, sua

autoimagem e o seu futuro” (OFFE, 2011, p.01). A partir desta afirmação, ele vai montar seus argumentos explicitando porque o trabalho já não é mais o fator estruturante das relações sociais, e portanto perde centralidade na sociologia.

Offe chama a atenção para a necessidade de evitar a preservação da concepção “materialista” dos clássicos da sociologia, em torno do que ele considera ser “a pedra de toque” da teoria social, tal qual formulada pelos fundadores. Ele afirma que há um “declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho” (OFFE, 2011, p. 02):

Desse ponto de vista, encontra-se ampla evidência para a conclusão de que o trabalho – e a posição dos trabalhadores no processo de produção – não é tratado como o mais importante princípio organizador das estruturas sociais, de que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como nascendo dos conflitos a respeito de quem controla o empreendimento industrial; e de que a otimização das relações entre os meios e os fins técnico-organizacionais ou econômicos não é considerada a forma de racionalidade que prenuncia um desenvolvimento social posterior. (OFFE, 2011, p. 2 – 3).

Clauss Offe (2011) continua indicando várias evidências que, segundo ele demonstram o declínio da pesquisa sociológica com ênfase no trabalho, e voltada para questões do cotidiano, do comportamento eleitoral, da estratificação e da mobilidade social. Segundo esse autor, tal declínio tem a ver com o declínio do trabalho para a vida das pessoas nas sociedades contemporâneas.

Em outra perspectiva, Ricardo Antunes (2003) assume uma posição diametralmente oposta, para tal vai recuperar um conceito da tradição sociológica marxista para explicar os mecanismos do trabalho na sociedade contemporânea, que é a noção de “trabalho vivo e trabalho morto”. Normalmente, o “trabalho vivo” ou produto imediato, materialmente verificado, contém uma parte de “trabalho morto”, material ou partículas de algum trabalho anterior. No período atual, da “economia do conhecimento”, da revolução tecnológica, esse “trabalho morto” vai assumir uma importância cada vez maior na produção de mercadorias e de riquezas. Para Antunes,

Como o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário técnico-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de sobre trabalho em tempo cada vez mais reduzido.” (ANTUNES, 2003, p. 160).

Portanto, a redução do trabalhador “taylorista”, no chão da fábrica, é possível com a ampliação do trabalho intelectual *abstrato*, nas plantas e outras lâminas de

ponta, realizados por novos proletários precarizados, terceirizados, supostamente autônomos, que possibilitam a empresa enxuta, na ponta do processo produtivo. Deste modo, percebe-se uma conversão de trabalho vivo em trabalho morto, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento de softwares a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana.

Antunes (2003) insiste na tese da centralidade do trabalho, discutindo apenas as condições ou adequações necessárias ao entendimento da produção de mercadorias nas sociedades contemporâneas. Ele adverte:

Portanto, ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção que se expandem no contexto da reestruturação produtiva. (ANTUNES, p. 163).

Neste sentido, Antunes irá destacar o risco de se evitar modismos analíticos descolados da realidade social concreta, das novas contradições que o capitalismo desenvolve na sociedade contemporânea, das novas formas de exploração do trabalho gestadas no modelo *toyotista*, que cria mecanismos mais vinculados à subjetividade do trabalho de forma a envolver os trabalhadores como parte integrante das empresas, escamoteando assim os aspectos da exploração do trabalho.

Em suma, para Antunes (2003) a dimensão do trabalho concreto, não foi capaz de eliminar as múltiplas formas do estranhamento na sociedade contemporânea, sendo responsável pela crise do trabalho abstrato, marcado por sua perda em sua dimensão concreta (ANTUNES, 2003, p. 84) “deixando de lado o seu caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física intelectual, socialmente determinada”. Desta forma, a dimensão concreta do trabalho é inteiramente subordinada à sua dimensão abstrata, responsável em criar padrões de uso de consumo na sociabilidade humana, marginalizando o caráter útil do trabalho. Em termo geral, trata-se da perda da dimensão qualitativa do trabalho concreto em detrimento do trabalho abstrato, na qual, a perda do sentido do trabalho se caracteriza com a crise em sua dimensão abstrata. Corroborando para “a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida, em termos marxianos, com a redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto” (ANTUNES, 2003, p.85).

Diante deste cenário, ele aponta a superação da sociedade do trabalho abstrato na medida em que se insere na esfera das necessidades humanas, para uma transição fundada no trabalho concreto, ao mesmo tempo em que supõe uma transformação radical do trabalho estranhado² em um trabalho social pautado na emancipação humana e uma consciência omnilateral³. Em outras palavras, a sua tese aponta diretamente para o caminho da insubordinação ou a negação do trabalho concreto em detrimento ao trabalho abstrato,

Em verdade essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela a lógica do capital e das mercadorias, é inevitável ou até mesmo ineliminável, do que resulta o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira auto-atividade. (ANTUNES, 2003, p.92)

Na análise de Giovanni Alves (2007), no ensaio intitulado a dimensão da reestruturação produtiva, ele afirma que a crise da sociedade trabalho, em suas múltiplas dimensões do mundo trabalho se deve ao fato da crise do trabalho abstrato. E também, “a espoliação da força de trabalho e do trabalho vivo na civilização do capital.” (ALVES, 2007, p. 6). Afirmando que o trabalho abstrato se tornou um elemento fundamental da produção de valor e mais-valia na sociedade, adotando como elemento central em sua análise. Ao compreender a crise do trabalho como uma forma historicamente vinculada à sociedade produtora de mercadorias no processo de produção capitalista, retomando as bases Marxistas. “É apenas com o capitalismo que tenderá a se constituir o mundo do trabalho propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do trabalho abstrato” (ALVES, 2007, p.71).

Outro ponto em questão, pra deixarmos claro em sua teoria é que o complexo contexto em que estamos inseridos da reestruturação produtiva é constituído de uma tríplice dimensão, isto é, inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio-metabólicas. E tais inovações são responsáveis pela a “captura” da subjetividade⁴ do trabalho ao capital. Afirmando, “com avanço de tais tecnologias. Na

² Para Antunes (2003), o trabalho é estranhado, por que se torna um meio de subsistência e impede a constituição básica do ser social, em sua realização no e pelo trabalho, referindo as barreiras sociais que se opõem a desenvolvimento da personalidade humana.

³ Segundo Antunes (2003, p. 92-93) “O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação”.

⁴ Para Alves (2007) a “captura” da subjetividade é decorrente das inovações sócio-metabólicas da subjetividade do trabalho ao capital.

era neoliberal o sistema-mundo colonizou o mundo da vida de forma irremediável.” (ALVES, 2007, p.93).

Desta forma, a precarização do trabalho em termos gerais é estigma da precariedade como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Que se caracteriza na perda dos direitos do trabalho, tendo como base a exploração do trabalho assalariado na instituição da sociabilidade humana. Afirmando que estamos diante da dimensão do trabalho como um processo social totalizante na reprodução da vida humana:

Ora, estamos diante de um processo social total e totalizante, onde a dimensão do trabalho, mais do que nunca, vincula-se à dimensão da reprodução social. Por isso, o fenômeno da precarização e da precariedade do trabalho implica não apenas a dimensão do local de trabalho e das relações salariais, mas das relações sociais de produção e reprodução da vida social. (ALVES, 2007, p.133)

O autor parte de perspectivas muito próximas de Antunes (2003), a partir do pressuposto que o trabalho e o processo de precarização do trabalho produzem uma gama de subproletariados, promovendo uma enorme exclusão social e desemprego, e aparece como neologismos da flexibilização do trabalho, assim ele afirma que:

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobre trabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital. (ALVES, 2007, p.126)

Alem disso, Alves aponta os fenômenos como desemprego estrutural, com a crescente massa de exclusão pessoas no mercado de trabalho formal, a reestruturação produtiva com a retração dos mercados formais, o avanço do binômio fordismo/taylorismo⁵, as crescentes lutas intersetoriais dos sindicatos, a perda dos direitos trabalhistas em trabalhadores temporários, terceirização, e o progresso do desemprego refletem em grande parte a condição da classe trabalhadora precarizada na atual conjuntura do capital.

Tais processos são frutos do avanço da precarização do trabalho e a perda do sentido de sua subjetividade na reprodução da vida social, como fator preponderante para emancipação humana, já que sob a égide do capitalismo sempre haverá massas de indivíduos frutos de desigualdade sociais na atual conjuntura do constante avanço do capitalismo neo-liberal nos estados modernos

⁵ O binômio do fordismo/taylorismo é compreendido pelo autores como uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, da era da indústria verticalizada taylorista e fordista.

em escala global. O trabalho em seu sentido material, ainda se estabelece em condições sub-humanas, para emancipação das capacidades humanas em suas múltiplas formas, assim, evidenciando as mutações no mundo do trabalho. E mesmo com alternativas promovidas pelo estado, como a qualificação profissional, empreendedorismo, entre outras, sempre haverá excluídos, pois o sistema é incapaz de absorver todos. Segundo, Alves e Antunes:

[...] estamos vivenciando o avanço da chamada era da mundialização do capital, podemos presenciar também uma fase de mundialização das lutas sociais do trabalho, nelas incluídas as massas de desempregados que se ampliam em escala global. Desse modo, um desafio maior da humanidade é dar *sentido* ao trabalho humano, tornando a *nossa vida também dotada de sentido*. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. Este é um desafio vital em nossos dias. (ALVES e ANTUNES, 2004, p.351)

Neste debate, utilizaremos estes conceitos para explicar a presente situação dos jovens ambulantes no metrô do Recife. E correlação com outros estudos que achamos importantes.

1.3 Informalidades: trabalho informal e trabalho precário

Um dos fenômenos mais acontecidos no período atual e o que podemos chamar de economia informal ou setor informal, reflexo em grandes partes da crise dos postos de trabalhos, o desemprego estrutural, transformações e mutações no mundo do trabalho. Entre esses e vários motivos, que buscaremos elucidar o que é trabalho informal, principalmente devido à amplitude de sua abordagem, observando a trajetória destes trabalhadores a sua constituição na criação do estado brasileiro até os dias atuais. Nesta seção, pretendemos discutir alguns conceitos da informalidade, no atual contexto das ciências sociais, mais especificamente na sociologia do trabalho. Assim, iremos fazer uma explanação de diversos autores que discutem essa problemática em termos globais e nacionais.

Afim, de esclarecer próprio conceito do trabalho informal e algumas de suas conseqüências. Este fenômeno pode ser observado nas recorrentes massas do comércio informal nas cidades brasileiras não sendo características somente das metrópoles, tais problemáticas mencionadas no capítulo anterior é fruto de uma constante precarização destes trabalhadores, inclusive em sua perspectiva histórica as margens dos direitos sociais e políticas assistenciais. Contudo, é preciso deixar bem claro em nossa pesquisa o que podemos considerar como trabalho informal ou

economia informal no viés sociológico, principalmente na observação de campo e análise conjuntural dos dados.

Em sua perspectiva histórica, um fator preponderante para entendemos a criação do trabalho informal é a consolidação das leis trabalhistas na era Vargas, é a partir desta época que se cria a dicotomia entre os trabalhadores formais e informais no “imaginário popular” responsável pela construção do estado nacional, distinguido da outra parcela trabalhadores que não possuíam vínculos “formalizados”, determinados pela sua inserção no mercado de trabalho regulamentado pelo poder público.

Assim, segundo Assis (2010) na era Vargas é constituída a relação de dualismo entre o setor formal e informal devido primeiramente a construção da noção formalidade estando diretamente associada as noções de cidadania e direito social, procurando um trabalhador ideal no panorama brasileiro da época:

O próprio conceito “informal” atua de forma pejorativa para a classe trabalhadora “subempregada”, que não constava entre os quadros dos cidadãos nacionais, mas sim, na gama de problemas sociais enfrentados pelo Estado brasileiro. O importante nesta reflexão é sempre levar em consideração que a condição de “precário” para o trabalho sem vínculos formais é uma criação discursiva do Estado Novo, que ganhou força após a judicialização das relações contratuais. (Assis, 2010, p.321)

É importante ressaltar que fazendo reconhecimento da origem do termo “informal” na maioria das abordagens conceituais antes da década de 1990 baseia-se na dicotomia entre o setor “formal” e o “informal”, devido referências conceituais da OIT dos anos 1970⁶. Nesta formulação são consideradas como causas preponderantes da informalidade: o entrave das leis trabalhistas e o aumento do crescimento do desemprego.

Desta forma, a evolução da economia informal se expandia como um fenômeno massivo na urbanização das grandes metrópoles, no qual, há uma contingência maior do trabalho informal no meio urbano em relação ao meio rural, sendo mais presenciado nos países subdesenvolvidos. Neles a informalidade foi considerada como uma atividade que se desenvolveu em paralelo ao trabalho formalizado, dentro de uma “ilegalidade”, as margens da regulamentação estatal.

A partir da década de 1990, o debate se aprofunda ponderando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a superação da dicotomia entre “formal” e

⁶ Cabe ressaltar que o termo “informal” sempre existiu especialmente nos países periféricos, que cresceu como ícone da flexibilidade, como no Brasil. Mas, como visto em diversos estudos a abordagens conceituais da OIT nesta época foram preponderantes para dicotomia entre os termos.

“informal”. Derivou-se então diversos fenômenos como advento das novas formas de trabalho; informatização do trabalho; o fenômeno da flexibilização laboral; crescimento do setor terciário. Estes são fatores importantes para uma análise do processo de transformação do trabalho contemporâneo e também da evolução do conceito de informalidade. Explicado por Krein e Proni (2010, p.12):

O importante a ressaltar é que – num contexto de aprofundamento da globalização econômica, de elevada insegurança nos mercados de trabalho e aumento da desigualdade social – várias expressões da informalidade continuavam a se expandir em todos os continentes e, em simultâneo, aumentava a diversidade e heterogeneidade das atividades informais.

Outro ponto relevante, é que a análise da construção e evolução do conceito de informalidade no Brasil, não pode ser entendida de forma isolada, como nos mostra Krein e Proni (2010, p.32):

A informalidade vista isoladamente, é um conceito insuficiente para explicar a dinâmica recente do mercado de trabalho brasileiro. Por isso, é necessário entendê-la no contexto das novas tendências em curso, em particular no que se refere às estratégias de concorrência das empresas num ambiente altamente competitivo, assim como qualificar as suas diferentes manifestações.

Portanto, a informalidade tem características bastantes heterogêneas devido às diversas contribuições conceituais que abordam este tema. Para Jacob Lima (2006) analisando o fenômeno da informalização brasileira, decorrente do processo de flexibilização o desenvolvimento de uma “nova informalidade”. Ele aponta alguns atores sociais como a “velha informalidade”, que são os camelôs, a também trabalhadores capacitados e qualificados que foram expulsos do mercado de trabalho e atuam agora como subcontratação, o avanço da terceirização de trabalhadores com “contratos atípicos”⁷, os trabalhadores desregulamentados que atuam na novas áreas tecnológicas, trabalhadores em tempo parciais fruto da flexibilização dos contratos trabalhistas, como os trabalhadores autogestionários. Além disso, ele afirma o novo empreendedorismo, surge como uma alternativa do trabalho assalariado é sufocado por uma legislação restritiva, e não possuem garantias de efetividade, com isso o trabalho informal se amplia nos mercados Brasileiros. Dito isso, Lima “afirma que a informalidade deixa de ser uma característica terceiro-mundista e torna-se um produto dos novos tempos flexíveis.

⁷ “a situação dos trabalhadores informais ou vinculados a formas atípicas de contratação de trabalhadores indica que, além de ganharem menos, têm acesso restrito ou mesmo nenhum acesso aos direitos sociais.” (Lima, 2004, p.307).

Perde o caráter de negatividade anterior e assume a positividade, para o capital, da desregulamentação e da flexibilização.” (Lima, 2006, p.306).

Contudo, se trata de um problema latente da realidade econômica local e global, por mais que sejam discutidas as suas diversas formulações conceituais de trabalho informal, este ainda é observado na realidade brasileira como um problema ligado ao desemprego e ao uso desregulado do espaço urbano. Segundo Assis, (2007 Apud FREITAS, 2007, p.325):

ressalta que uma realidade encontrada nas cidades brasileiras, e que tem aumentado crescentemente, é a presença de “camelôs” se apropriando do espaço urbano para o exercício de suas atividades. Com muita frequência, encontram-se “camelôs” pelas calçadas principais da cidade, ao redor das feiras, locais com um grande fluxo de pessoas, eventos públicos e até mesmo, nos sinais de trânsito, onde aproveitam os momentos oportunos para oferecerem as suas mercadorias.

Antunes irá demonstrar que o fenômeno da informalidade nos dias atuais está pautado no desenvolvimento tecnológico nas novas formas de terceirização, como também nas novas formas de organização de trabalho, as quais acarretam uma exclusão da mão de obra humana, reflexo do desemprego estrutural.

Com a desestruturação crescente do *Welfare State* nos países do Norte e aumento da desregulamentação do trabalho nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “*informais*”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização. No Brasil, quase 60% da população economicamente ativa encontra-se em situação próxima da informalidade. (ANTUNES, 2008)

Em contrapartida, no atual campo sociológico a elucidação dos referidos problemas, entre outros não abordados neste trabalho, nas novas formas de trabalho da sociedade contemporânea partem de uma concepção mais ampliada do conceito de trabalho informal. E apesar das grandes diferenciações no uso dos conceitos, explicitada na literatura científica, é perceptível que o trabalho informal precarizado se tornou um fenômeno expressivo nos países subdesenvolvidos, uma vez que, essas transformações no mundo do trabalho contemporâneo podem resultar em precarização do trabalho, se pensarmos, por exemplo, nos níveis de desemprego. Assim, Lima (2006, p. 305) demonstra que “o “informal” foi percebido como algo funcional ao desenvolvimento capitalista na periferia, garantindo mão-de-obra barata a empresas por meio da permanência de um extenso exército industrial de reserva que sobrevivia em atividades de subsistência.”

Giovanni Alves (2007) por sua vez irá apontar que estamos passando por um período de precariedade estrutural do trabalho no Brasil. Em síntese, composto do

salariato precário⁸, e boa parte das vagas criadas no mercado de trabalho são de baixa qualidade. Por isto a precariedade salarial é um fator preponderante do setor formal e informal, assim com sub-rendimento abaixo das 40 horas semanais na informalidade. Esta nova precariedade é caracterizado pelo trabalhador imerso no desemprego de longa duração, com destaque especial para os jovens trabalhadores e a velha formalidade estrutural que caracteriza a formação histórica capitalista brasileira que não conseguem se inserir no mercado formal, frutos da crise do capitalismo desenvolvimentista, políticas neo-liberais, e o processo de reestruturação produtiva.

Esta nova precariedade que atinge a classe trabalhadora no Brasil, possui trabalhadores tanto no núcleo dinâmico capitalista de empregados formais, como no setor não capitalista, entendido pelo autor como categoria precariedade e precarização estrutural. Em síntese, a primeira é estabelecida (Alves, 2007) como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Deste modo, o trabalho assalariado é condição ontologicamente precária de classe e a segunda como precarização que não apenas se remete ao trabalho, mas aos modos de estruturação e reprodução social. Desta forma, ele irá afirma precarização do trabalho no Brasil como processo social, pode ser visto como a desfiguração da perspectiva formalização, aumento da informatização; do desemprego aberto e ampliação da reestruturação produtiva no setor industrial, atingindo o centro econômico das atividades produtivas e a margem, sendo entendido como o:

[...] movimento de degradação da condição salarial. Assim, estamos lidando com um processo que se desenvolve no espaço-tempo e que atinge, de modo diferenciado, contingentes da classe. Por exemplo, algumas categorias profissionais perderam direitos trabalhistas ou tiveram seu estatuto salarial precarizado (ou “flexibilizado”) nas últimas décadas, por conta das políticas neoliberais (ALVES, 2007, p.273)

Tendo em vista a análise da evolução da economia popular com as políticas públicas do Estado Brasileiro o Centro Estudos Gaspar Garcia de Direitos Humanos, no estudo ambulante e direito à cidade em São Paulo (2013), consideram que a modernização tardia, deixou de realizar reformas estruturantes, como agrária, urbana, tributária, previdenciária, entre outros. Aliados ao crescente desamparo político-social com a evolução em massa da desigualdade social. Demonstram que o

⁸ Segundo Alves (2007) Salariato precário, é um conceito tendo como parâmetro rendimentos abaixo trabalho assalariado, com base no salário mínimo, evidenciando vulnerabilidades sociais na classe trabalhadora brasileira.

modelos econômicos neo-liberais, serviram a desenvolvimento do capital, como consequência um “hiato” no panorama social Brasileiro com a fragmentação e abandono das camadas populares e marginalização nos estratos urbanos brasileiros, devido a violência institucional e o frágil diálogo social. Esta questão é essencial para compreender o processo peculiar da tardia modernização Brasileira. Neste contexto, em suas elucidações da “nova informalidade” partem da exclusão de diversos trabalhadores no mercado formal Brasileiro, resultados da reestruturação produtiva, flexibilização, terceirização e subcontratação, observando que a velha informalidade é um fenômeno social da história Brasileira.

No Brasil, a contradição entre o crescimento econômico e a manutenção da informalidade persiste em novas formas de exploração dos trabalhadores, entre elas, os autônomos e os subcontratados. Ambas as situações de informalidade encontram base de sustentação em padrões históricos de desenvolvimento do mercado de trabalho e ganharam novos contornos no contexto da reestruturação produtiva contemporânea. (ALCÂNTARA, 2013, p. 43)

Apesar dos avanços e dos desdobramentos de novos teóricos, a teoria debatida atualmente, ainda absorve as formulações anteriores, como a OIT e diversos outros autores que dizem respeito à informalidade como um processo que se situa às margens dos direitos trabalhistas e da seguridade social dos trabalhadores. Por isso, segundo Krein e Proni (2010, p.10) “[...] a informalidade tende a ser explicada como resultado da imposição de regimes jurídicos e administrativos que impõem altos custos e dispêndio de tempo para o processo de formalização”.

No final dos anos 1990, a OIT tem desenvolvido o conceito de trabalho decente, como síntese do seu mandato histórico de promoção dos direitos no trabalho na formulação de melhores oportunidades de emprego produtivo para homens e mulheres de acordo com proteção social, com base no fortalecimento do diálogo social, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, na qual está pesquisa se ampara, do Trabalho Decente é:

O ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social), e condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (OIT, 2012, p.11).

Para a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED (2015, p. 20), desempregado consiste em:

[...] Indivíduos que se encontram em uma das seguintes situações: a) **Desemprego Aberto**: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista da PED e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete (7) dias; b) **Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário**: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não remunerado, em ajuda a negócio de parentes) e que procuraram efetivamente trabalho nos trinta (30) dias anteriores ao da entrevista da PED ou nos últimos doze (12) meses; c) **Desemprego Oculto pelo Desalento**: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos trinta (30) dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos doze (12) meses. **Inativos** (maiores de 10 anos): correspondem à parcela da População em Idade Ativa - PIA que não está ocupada ou desempregada [...].

Contudo, destacamos que trabalho informal, é considerado neste trabalho como aquele que não possui registro do contrato de trabalho na carteira de trabalho e previdência social – CTPS, ficando à margem da proteção social e dificultando o acesso aos direitos trabalhistas. Já que na visão de diversos atores que apontam o não acesso aos direitos trabalhistas promovem alternativas de trabalho precarizado.

Considera-se estes conceitos para nortear esta pesquisa, para investigar os fenômenos da informalidade e também do desemprego na questão laboral do jovem no atual contexto da realidade brasileira.

2. O METRÔ DO RECIFE E O TRABALHO INFORMAL ENTRE OS JOVENS

2.1 O metrô do Recife histórico e situação atual



Fonte: Google imagens.

Para um melhor entendimento do local, onde os/as jovens executam as atividades remuneradas iremos elucidar algumas das características geográficas da cidade do Recife e fazer um breve histórico das particularidades do metrô do Recife e seus principais acontecimentos históricos. O Recife pertence à mesorregião metropolitana do Recife, a capital responde a uma área de aproximadamente 218 km², sendo capital do estado de Pernambuco e sede da Região Metropolitana do Recife (RMR). Já a região metropolitana do Recife é composta no seu espaço político-geográfico por 15 (quinze municípios, sendo a região metropolitana mais populosa do nordeste Brasileiro e a quinta maior do Brasil, com uma população de 4,04 milhões de habitantes, ocupando uma área de 3.216 km², concentrando 65% do PIB do estado de Pernambuco⁹.

O governo federal através dos ministérios dos transportes em setembro de 1982, tomou a decisão criar o consórcio METROREC que era constituído pela Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA – e pela a empresa de transportes urbanos, (já extinta). Neste mesmo ano começa a construção do trecho da estação Central até Werneck. E este consórcio foi responsável pela implantação do projeto metroviário, que deu início as construções das estações e da malha ferroviária em janeiro de 1983, pela a construtora Norberto Odebrecht, aproveitando o antigo leito ferroviário, sendo está mesma construtora responsável pela construção de leito e pontes. E em fevereiro de 1984, através do decreto do governo federal foi criado a Companhia

⁹ Dados extraídos do plano de ação 2018 da STU/REC e no site: <https://www.cbtu.gov.br> Acesso: 10/12/2018

Brasileira dos Trens Urbanos – CBTU, com a responsabilidade de gerenciar o transporte público de passageiros sobre os trilhos, que anteriormente era responsabilidade RFFSA, ficando está ultima apenas com o transporte de cargas.

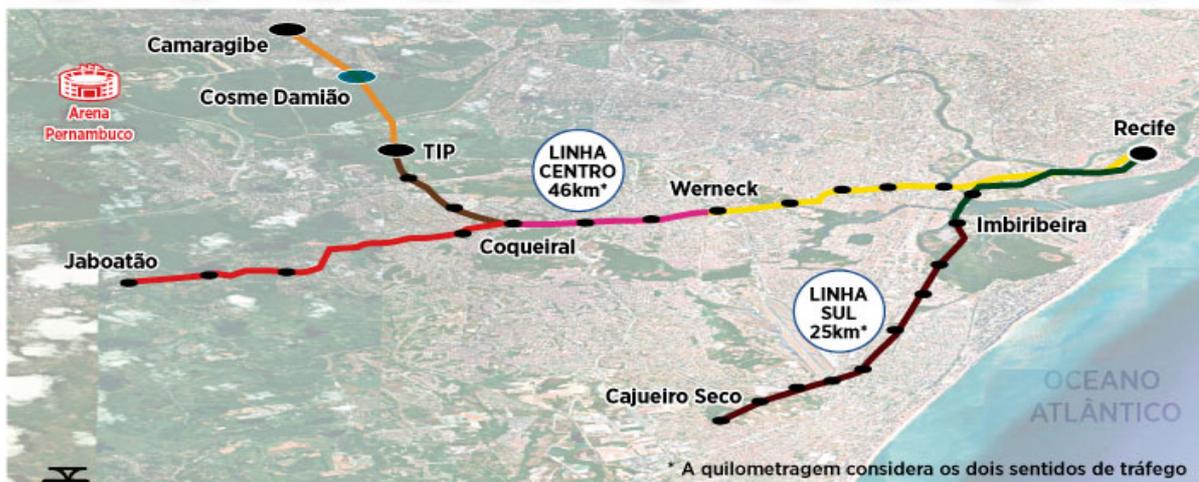
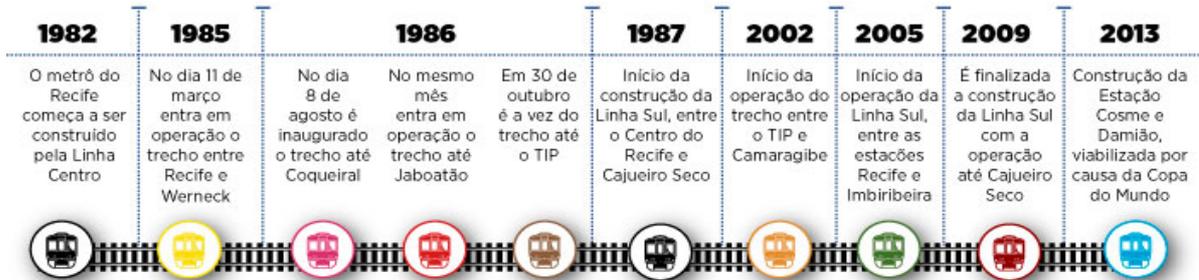
No mês de março de 1985, seguiu-se a incorporação do Metrorec à CBTU, foi concluída a primeira etapa, que atendeu a 200 mil passageiros por dia e cobrindo o percurso da estação central do Recife até Werneck, com quatro trens e 25 composições. A segunda etapa da obra contemplaria da estação Werneck até Jaboatão (linha centro). E no começo do ano de 1986 seria inaugurado o segundo trecho de Werneck até coqueiral, e no final do ano se concluiria o trecho até o TIP (terminal integrado de passageiros). No ano de 1987, teve o início das obras da linha sul, e em janeiro de 1988, a STU/REC (Superintendência de trens urbanos do Recife) assumiu a operação dos trens de subúrbio da RFFSA em Maceió, João Pessoa e Natal e Recife (linha Sul). Que posteriormente estava subordinada a administração central da CBTU do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1995, houve a mesma desvinculação da operação dos trens do subúrbio de Maceió, João Pessoa e Natal, e voltaram a serem vinculados a administração central da CBTU no Rio de Janeiro. No posterior de 1996, foi criada a companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco, por meio da Lei Estadual nº 11.422, de 30 de dezembro de 1996. Com a presente obrigação, explorar o serviço de transporte de passageiros sobre trilhos no Estado, a qual está vinculada à Secretaria de Infraestrutura do Estado. Contudo, a operação do sistema é permanecida pela CBTU sendo responsável pela STU/REC. Só em 1998, teve início a eletrificação da linha Sul, com a extensão de 14,3 km entre o trecho da estação Recife/Cajueiro seco, sendo dividido em duas etapas, o primeiro trecho entre a estação Recife/Imbiribeira que teve da operação em suas estações em 2005, e a segunda etapa Imbiribeira/Cajueiro Seco entrando em operação em 2009, e também o prolongamento da linha centro a partir da estação TIP (rodoviária) até Camaragibe, que entraria em operação em 2002.

No ano de 2013, viria ser inaugurado o trecho que vai Cajueiro Seco até o Cabo de Santo Agostinho, através do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e também a construção da estação Cosme e Damião entre a rodoviária e Camaragibe, próximo da divisa do município de São Lourenço da Mata, viabilizada para o acesso da

Arena de Pernambuco. Na ilustração abaixo do JC online é possível ver os principais marcos na história do metrô do Recife¹⁰.

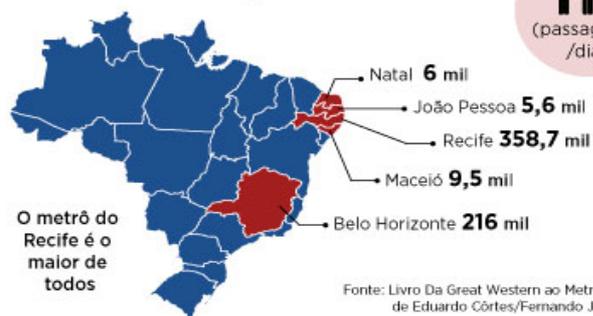
Um pouco da história do sistema



Os números em 2014

358,7 mil passageiros transportados por dia
110 milhões de passageiros transportados no ano
68 milhões de reais de receita anual
270 milhões de reais foi o custo total
200 milhões de reais foi o déficit financeiro
93% foi o percentual de regularidade
84% foi o percentual de pontualidade

Os sistemas sob gestão da CBTU



No mapa abaixo mostra as linhas e estações e municípios atendidos na RMR.

¹⁰ Link: <https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/deolhonotransito/2015/03/11/metro-do-recife-faz-30-anos-de-operacao-forca-e-fragilidade-andam-juntas> Acesso: 04/01/2019



Fonte: CBTU/METROREC, 2019

A configuração atual do Sistema de Trens Urbanos do Recife segundo a CBTU.

O Sistema de Trens Urbanos do Recife é operado em 3 linhas férreas, sendo 2 eletrificadas e 1 operada por composições diesel com extensão total de 71 km abrangendo 4 municípios, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho, com 37 estações, transportando cerca de 400 mil passageiros/dia. A **Linha Centro**, eletrificada, abrangendo 3 municípios, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Camaragibe, com 19 estações em operação, nos trechos Recife/Jaboatão e o ramal Coqueiral/Camaragibe; a **Linha Sul** também eletrificada, abrangendo 2 municípios, Recife e Jaboatão dos Guararapes, com 10 estações em operação, no trecho Recife/Cajueiro Seco e a **Linha Diesel** (VLT) abrangendo 3 municípios, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, com 8 estações em operação. (CBTU, 2019)

Além disso, o metro do Recife possuindo ao total totalizando 71,2 km de extensão, divididos 39,4 km da linha elétrica compostas pela Linha Centro e Sul e 31,8 km da linha Diesel, de extensão. Em regime completo de atividade possui total 37 unidades elétricas que transitam na linha centro e Sul e 9 VLT que transitam na linha diesel. No que se refere aos intervalos entre estações a linha centro varia entre 4 a 12 minutos e linha Sul 8 a 12 minutos, com intervalos maiores na linha Diesel de

40 a 42 minutos, transportando 400 mil/passageiros por dia considerando dias úteis. Em relação ao movimento em dias úteis a Linha

Hoje das suas 37 estações, 15 (quinze) se integram ao Sistema Estrutural integrado (SEI), localizados nas estações Recife e Joana Bezerra, nas linhas Centro; Afogados, Santa Luzia, Barro, Cavaleiro, Jaboatão, Rodoviária, Cosme e Damião e Camaragibe. Na linha Sul; Largo da Paz, Aeroporto, Tancredo Neves, Prazeres e Cajueiro Seco, que transportaram no último ano 104.239.627¹¹ milhões de passageiros, possibilitando aos usuários pagar apenas uma tarifa e usar o metrô e terminais do (SEI) e percorrer toda a região metropolitana do Recife. Sendo composta em sua rede de transporte público por linhas de Ônibus, BRT, VLT e Metrô, para o transporte em grande escala de passageiros que apresenta uma configuração espacial constituída por eixos radiais e perimetrais e no cruzamento destes eixos ficam situados os terminais de integração.

2.2 Juventude e trabalho informal no metrô do Recife

Os jovens como sujeitos e a juventude como temática voltaram para a agenda social e política no Brasil durante a década de 1990, com uma capacidade enorme de chamar a atenção pelas razões mais díspares possíveis, desde o emprego da violência (como vítimas e como promotores), até uma evidente recolocação no debate político, e sobretudo, pela imensa capacidade de inovação e criatividade nas esfera cultural. Realidade que chamou a atenção das ciências sociais, especialmente da sociologia, que retomou diversas pesquisas, elaborações, congressos sobre a problemática juvenil.

Longe de consensos essa é uma temática que provoca os mais acalorados debates no interior da sociologia. Uma das frentes mais enfáticas na análise da juventude como tempo de socialização e como problema social, centrada nas questões de drogas, violências, marginalização, entre outras. Neste terreno age a sociologia funcionalista, em suas preocupações com a problemática da juventude, relacionando processos de socialização vividos pelos jovens e sobre as como condição para enfrentar possíveis disfunções nela encontradas. Neste sentido, a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajuste aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e

¹¹ Dados extraídos do plano de ação 2018 da STU/REC no site: <https://www.cbtu.gov.br> . Acesso: 04/01/2019

ajuste que se constituem em temas de preocupação social. Desta forma, como jovens são sentidos como “problema”, como risco, como objeto de falha, disfunção, ou anomia no processo de integração social. (ABRAMO, 1997).

A perspectiva assumida na presente pesquisa se aproxima das elaborações em torno da recusa de um padrão único para caracterizar a juventude, e entendê-la como juventudes, ou seja, um conceito singular que só se compreende no plural. Assim, afirma-se a necessidade de tomar como ponto de partida a especificidade da condição juvenil frente a outros momentos do ciclo de vida, considera-se que a geração juvenil têm plena vigência todas as necessidades humanas básicas, mas também tem outras específicas, motivo pelo qual se faz necessário reconhecer tanto a realidade presente dos jovens enquanto faixa etária, mas também suas diferenciações, pelas condições de gênero, das desigualdades de renda, étnico-racial, ambiente de moradia, acesso aos bens culturais.

Com a necessidade de ter alguma referência sociológica, Helena Abramo (2008), nos alerta que o conceito de geração remete ao momento histórico em que cada indivíduo se socializa. Cada geração incorpora novos códigos e sentidos ao capital cultural da sociedade em que está inserida. Pertencer a uma ou a outra geração significa acionar diferentes repertórios e dimensões da memória social.

“A condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (ABRAMO, 2008, p.79).

Para a análise de jovens das classes populares, ou das chamadas “famílias de baixa renda”, que são os tratados na presente pesquisa, esta autora registra que, educação e trabalho aparecem entre as questões centrais dos estudos juvenis. Pode-se dizer que, entre os adolescentes, o estudo aparece como atividade dominante, presente para a quase totalidade deles: ganham relevo aqui, principalmente quando se trata de análises de jovens pertencentes às famílias de renda mais baixa, questões como a da qualidade do ensino, recebido, a do ritmo e sentido da formação e a do acesso aos níveis superiores de ensino. Especialmente sobre o mundo do trabalho, Helena Abramo (1997) chama a atenção:

O trabalho, como atividade ou como aspiração, é uma realidade para metade deste grupo etário, mas normalmente em condições terrivelmente precárias, o que reforça a preocupação existente com o dano que tal experiência pode causar no desenvolvimento e trajetória futura dos jovens que assim vivem esta experiência. [...] O trabalho, portanto, já não aparece como exógeno, resíduo ou projeto futuro; o desemprego é que se coloca

como drama. As grandes desigualdades de renda ou classe também não se manifestam, como parecia indicar o senso comum, pela necessidade de entrar ou não no mundo do trabalho, mas pelas chances de encontrar emprego e o tipo de trabalho encontrado. (ABRAMO, 1997: 32, 33).

Observando esta temática do trabalho na realidade Brasileira, e no mundo do trabalho a diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Elizabeth Tinoco¹² afirma que os jovens constituem uma das gerações mais escolarizadas e ainda tem muitas dificuldades em conseguir postos formais de trabalho, sendo encaminhados, para a informalidade. Em seu discurso declarou “América Latina tem neste momento a geração mais bem-educada de sua história e a que mais sofre com as condições irregulares do mercado”, no ano corrente, na fala sobre o 1º de Maio.

Neste mesmo panorama, o especialista em emprego juvenil da OIT, Guilherme Dema¹³ afirmou que: “Estamos diante de um desafio político importante, já que o elevado desemprego e informalidade configuram um quadro de desalento e falta de oportunidades que pode comprometer a trajetória futura dos jovens no mercado”.

A pesquisa Agenda Juventude Brasil¹⁴ da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), comprova que a juventude brasileira é trabalhadora, com alta escolaridade e crescentes responsabilidades familiares. Apesar disso, uma parte significativa dessa juventude enfrenta grandes dificuldades para conseguir uma inserção no mercado de trabalho.

A questão da informalidade está atrelada à realidade profissional da juventude recifense, de acordo com levantamento do DIEESE, a população recifense desempregada entre 16 e 29 anos, do gênero feminino equivale a 33,1% e a do masculino 22,8%. Cabe destacar 29,1% dos (as) jovens negros (as) do referido município estão, em condição de desemprego.

Assim a informalidade existente, é possível perceber a exclusão dos jovens na idade de ingresso no mercado de trabalho, principalmente caracterizado pela diminuição dos empregos formais, estes que são considerados *trabalhos decentes*¹⁵,

¹² Discurso. http://www.istoe.com.br/reportagens/416144_JOVENS+BEM+PREPARADOS+E+SEM+EMPREGO

¹³BRADALISE, Camila;PEREZ, Fabíola e MONTENEGRO,Raul. **Jovens, bem preparados e sem emprego:** Como a crise e a falta de perspectiva ameaçam a juventude mais escolarizada e capacitada que o País já formou. Disponível em:

http://www.istoe.com.br/reportagens/416144_JOVENS+BEM+PREPARADOS+E+SEM+EMPREGO

¹⁴BRASIL. SNJ. Agenda Juventude Brasil 2013

http://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_resumido_eleitoral/1?e=12152407/10629952

porque possibilitam maior garantia dos direitos trabalhistas.

Como também, os que possuem dificuldades em conciliar trabalho e estudo, no mesmo estudo da SNJ, citado acima, realizado no ano de 2013, após as manifestações de junho, a população juvenil no Brasil equivale a aproximadamente 51 milhões (IBGE, 2010), sendo 27% do total da população brasileira. Os jovens que trabalham ou procuram emprego equivalem a 74%, outrossim, *1/5 dos jovens que trabalham*, tem que conciliar escola e trabalho ou procurar emprego enquanto estudam.

Um aspecto relevante em que a pesquisa se fundamenta é o de priorizar o estudo de jovens na informalidade no metrô cidade do Recife, já que no atual panorama científico, existem poucos estudos que prezem por este aspecto. Como podemos ver esse fenômeno da informalidade é debatido no panorama mundial já que grande massa da população juvenil mundial não tem acesso a empregos formais e estão na ilegalidade, segundo matéria do portal do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2014, p. 1):

O relatório do UNFPA aponta que nove em cada 10 jovens vivem atualmente em países em desenvolvimento e enfrentam maiores obstáculos para o desenvolvimento de seus potenciais e o alcance de uma inserção mais produtiva na força de trabalho; 515 milhões, quase um terço do total, vive em situação de pobreza, com menos de dois dólares por dia. E 60% da população jovem mundial estão sem trabalho - e/ou sem vínculo formal de trabalho - e fora da escola, estando, portanto, em situação mais desfavorável para contribuir com o desenvolvimento de seus países.

Fundamentado no dado apresentado acima, no qual, 60% da população juvenil mundial está sem trabalho ou vínculo formal, ou seja, grande parte dos empregos ofertados a juventude, torna difícil, para um grande contingente de jovens, a construção de trajetórias de trabalho decente. Conforme a OIT, 56 milhões de jovens possuem ou procuram emprego no Brasil e na América Latina e 60% dos postos de trabalho disponíveis têm condições de informalidade.

Levamos também em consideração, a informalidade profissional no segmento populacional da Juventude apresenta índices elevados, conforme OIT (2015, p.6):

Em 2013, a taxa de informalidade para a população de 15 a 29 anos era maior em cerca de dois pontos percentuais do que a dos adultos, entre 30 a 65 anos. No entanto, em relação à raça ou cor, a disparidade é muito maior. Para brancos e amarelos, a proporção média de trabalhadores informais foi de 41,2%, enquanto que para pretos, pardos e índios essa proporção foi de

¹⁵“Trabalho promovido com condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana”. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação. (2012, p.11) http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf

56,3%, 15 pontos percentuais acima da observada para brancos e amarelos.

Como podemos observar nas taxas sobre a informalidade, acima esse problema sociológico, tem afetado a população juvenil de maneira contundente. Além disso, o gráfico da Pesquisa Agenda da Juventude Brasil (SNJ, 2013, p.37) apresenta que 14% da juventude brasileira trabalha e estuda, 8% está desempregada e estuda, 11% não estuda, não trabalha e não procura emprego

Esta pesquisa considerará juventude associada a um tempo de “moratória social”, de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mundo do trabalho e para a constituição de nova família”. (SNJ, 2014, p.14)

Em consonância com Wanderley (2007, p. 22) ao definir juventude, considerou que o termo “corresponde a um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta.” Afirma a autora que essa categoria é “culturalmente determinada e que a demarcação desta etapa da vida é sempre imprecisa, sendo referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna ou à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente, a uma faixa etária.” Aqui consideramos jovens os indivíduos que estão na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, de acordo com o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013).

Cabe ressaltar que para este estudo, Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda da Juventude, estará em sintonia com a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, denominada Estatuto da Juventude, que define:

O direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. [...] A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação; II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho (...); III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores; IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil; V - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude; VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais [...]; VII - apoio ao jovem trabalhador com deficiência [...]

A lei citada anteriormente levou 10 anos para ser sancionada, e ainda passará por regulamentação, mas destaca-se para esta pesquisa entre as medidas que devem ser adotadas pelo Poder Público, especialmente o item I e IV, para

atuação estatal e preventiva e repressiva quanto a exploração e precarização do trabalho juvenil.

Em nossa perspectiva analítica, com base neste debate e dados nacionais assume as preocupações aqui presentes por considerar que os dados e informações levantados em nossa pesquisa de campo entre jovens trabalhadores informais no metrô do Recife, conforme trataremos no próximo capítulo.

3. INFORMALIDADE NOS TRILHOS: JOVENS NO TRABALHO INFORMAL DO METRÔ DO RECIFE

Neste capítulo foram analisados os dados e informações de 11 entrevistas realizadas no metrô do Recife, mais elementos da observação de campo durante a

aplicação das entrevistas, e nos intervalos entre uma entrevista e outra e ainda um enfoque maior na análise dos dados no objetivo de caracterizar o contexto em que estão inseridos. Relacionando com o espaço onde se executa as atividades do comércio informal, e os debates teóricos da juventude e na sociologia do trabalho. Buscando, os aspectos das ações de vários atores que participam do ambiente do metrô, na atribuição dos sentidos da realização do trabalho informal de jovens no metrô do Recife, verificando se tais trajetórias se incluem nos objetivos da pesquisa e na teoria abordada nos capítulos anteriores.

3.1 Caracterizando o local político-social

Para quem é passageiro da via metroviária a convivência com ambulantes é comum ou típica, fazendo parte da própria dinâmica do metrô do Recife. Nesta ocasião podemos observar diversos tipos de pessoas dos mais variados segmentos e camadas sociais, sendo o encontro de grande pluralidade social, dentre estes: artistas, pedintes, trabalhadores formais, profissionais liberais, autônomos, estudantes e diversos outros. Assim, devido à grande fluidez de passageiros, poderemos dizer que o metrô do Recife, caracteriza-se por um ambiente propício para as práticas do comércio informal, pois, é o principal transporte para 400 mil pessoas diariamente. Podendo ser incorporado como parte da paisagem urbanística do Recife, demonstrado na aventura do comércio urbano do Recife por Araújo:

O comércio informal encontra-se incorporado à paisagem do centro do Recife e à de muitos outros bairros da cidade, sobressaindo-se no universo da informalidade como sendo o seu ramo mais expressivo. Como manifestação social, constitui um processo dinâmico que, pela criatividade que lhe é inerente, se adapta com facilidade às inovações mantendo as características que lhe são peculiares (formas de organização e apresentação). Pela sua contraposição às características da formalidade, a atividade é exercida por trabalhadores conhecidos como comerciantes informais, que atuam vendendo as suas mercadorias nas ruas, avenidas, praças ou calçadas” (ARAUJO, 2014, p.22)

A evolução do comércio urbano no Recife, tem contornos em toda a cidade e também no metrô, apesar de hoje o comércio ambulante ser caracterizado com um frequente status de ilegalidade, atribuindo inclusive preconceito e criminalização, sua identidade está diretamente associada à degradação do espaço urbano. Registrado por Araújo (2014) os agentes políticos, não colaboram para políticas que organizem o setor informal na cidade, que acabar ocupando as vias, travessias e calçadas como apontado anteriormente. Então podemos concluir que existe uma insistência

destes trabalhadores que ocupam diariamente este espaço urbano, já que a possibilidades de apreensão de mercadorias são reais. E por parte das autoridades públicas, a uma negligência, por que tais fenômenos não participam no planejamento urbanístico da cidade, já que estes são reflexos da própria insuficiência do estado na promoção de políticas públicas para efetivação do comércio informal.

Segundo a CBTU¹⁶, existem diversas operações para proibir o comércio informal nos trens, respaldados pelo decreto Federal 1.832, afirmando que “o comércio ambulante é proibido pelo Decreto Federal nº 1.832, de março de 1996, e pelo Regulamento do STPP, (Sistema de Transporte Público de Passageiros), através do Decreto nº 14.845, de fevereiro de 1991.” Na reportagem mobilidade PE¹⁷ foi publicada uma campanha chamada Via Limpa promovida pela CBTU que recolheu 15 toneladas de entulhos por mês nos trilhos. Como relatou as diversas operações promovidas pela CBTU para proibir o comércio informal. Ela também informa que há um acordo entre os agentes e os ambulantes no embarque das vias e estações, já que o comércio informal é ilegal. Um ponto importante que matéria destaca é a pesquisa de satisfação da CBTU:

A presença dos vendedores informais é confirmada pelos próprios funcionários e passageiros do transporte de massa. No último mês de agosto, uma pesquisa de perfil, opinião e satisfação com 479 usuários, em nove estações do sistema, constatou que 63% dos entrevistados são contra o comércio ambulante.

A CBTU atribui a culpa da sujeira nas estações aos ambulantes, como também foi feita uma campanha nacional contra os mesmos. Tendo em vista, que grande maioria dos entrevistados se posicionou contra o comércio ambulante, sendo este proibido em vias legais considerado como uma invasão do espaço público. Essa reportagem demonstra a atribuição, por parte da população de uma identidade pejorativa da prática do comércio informal no Metrô do Recife. Visto também nos estudos do Centro Garcia Gaspar (2013), que discutem o fenômeno da informalidade nas cidades urbanas brasileiras, afirmando que a identidade do trabalhador é associado à ilegalidade, em um cenário conflituoso entre os

¹⁶Informações disponíveis no site: <https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/recife/4286-operacao-para-proibir-a-comercializacao-ilegal-dentro-dos-trens-e-estacoes>. Acesso: 06/01/2019

¹⁷ Informações disponíveis no site: <http://www.mobilidadepe.com.br/2017/09/comercio-ambulante-no-metro-recife-uma.html>. Acesso: 06/01/2019

01	Jovem	15	Fund. completo	F		Parda	Solteira	Coque - Recife
02	Jovem	15	Médio incompleto	F		Parda	Solteira	Barro - Recife
03	Jovem	16	Fund. incompleto	M		Parda	Solteiro	Moreno
04	Jovem	17	Médio incompleto	M		Parda	Solteiro	Coque - Recife
05	Jovem	18	Fund. incompleto	F	1	Parda	Solteiro	Coque - Recife
06	Jovem	21	Fund. incompleto	F	1	Branca	Solteira	Milagres/Ibura - Recife
07	Jovem	23	Médio completo	M		Negro	Solteiro	Bairro dos Estados - Camaragibe
08	Jovem	23	Médio incompleto	M	1	Branca	Solteiro	Papelão/Por trás da Estação Recife
09	Jovem	24	Fund. incompleto	M	3	Negro	Solteiro	Monte Verde/Ibura - Recife
10	Jovem	24	Fund. completo	M	2	Parda	Solteiro	Praça Central - Camaragibe
11	Jovem	23	Médio incompleto	M		Parda	Solteiro	Várzea - Recife

Em relação ao local de moradia, esses jovens declararam em sua maioria residir no Recife, nos seguintes bairros: sendo três (3) do Coque, dois (2) do Ibura e os demais, um (1) do Centro (Papelão), um (1) do Barro, um (1) da Várzea e outros (3) três jovens informaram residir nas cidades: Moreno um (1) e dois (2) Camaragibe, na região metropolitana de Recife.

Quem conhece a realidade da cidade de Recife, e de sua Região Metropolitana, sabe que estes bairros são conhecidos como espaços de alta vulnerabilidade social, nos quais se registram diversos problemas de infraestrutura,

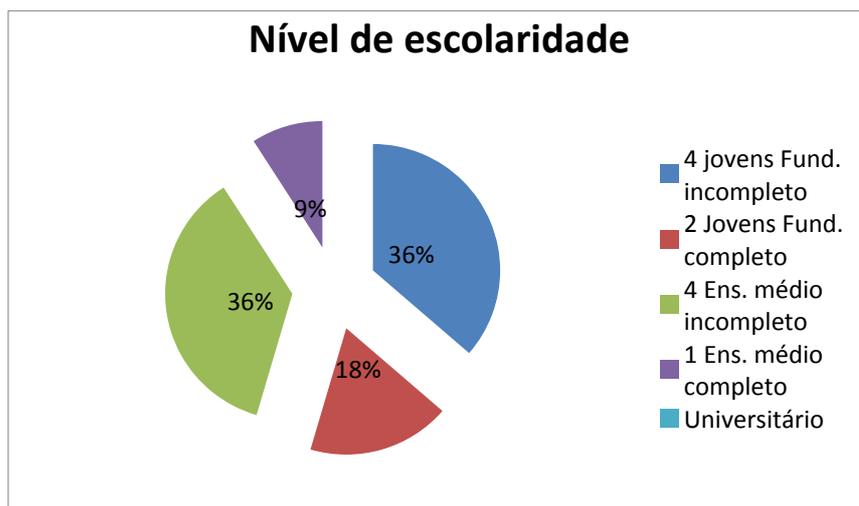
de ausência ou poucos equipamentos de uso coletivo, falta de alternativas culturais e de lazer, moradias precárias, insuficiência de saneamento básico.

3.3 Aspectos socioeconômicos dos jovens que trabalham na informalidade

Em relação a primeira, segunda e terceira questão das entrevistas pertinentes a moradia, a quantidade de pessoas do domicílio e os/as filhos/as. Na primeira questão, dos onze (11) jovens entrevistados, a maioria seis (6) declararam morar em casa alugada ou cedida, cinco (5) afirmaram morar em casa própria. Na segunda questão, sete (7) jovens afirmaram que sua família é constituída por duas pessoas, e três (3) jovens relataram ter uma família formada de três a seis pessoas. Quanto a terceira questão, cinco (5) jovens já são pais, sendo duas (2) jovens que são mães cada uma possuindo um filho, e três (3) jovens que já são pais de um, três e dois filhos respectivamente. E seis (6) jovens não possuem filhos.

Como podemos ver no gráfico a seguir, quanto ao nível de escolaridade (questão 4), quatro (4) jovens chegaram a cursar e não concluíram o ensino fundamental, dois (2) jovens concluíram o ensino fundamental. No restante, quatro desses jovens possuem ensino médio incompleto. E apenas (1) um dos jovens entrevistados concluiu o ensino médio.

. Gráfico 01 – Escolaridade dos jovens pesquisados:

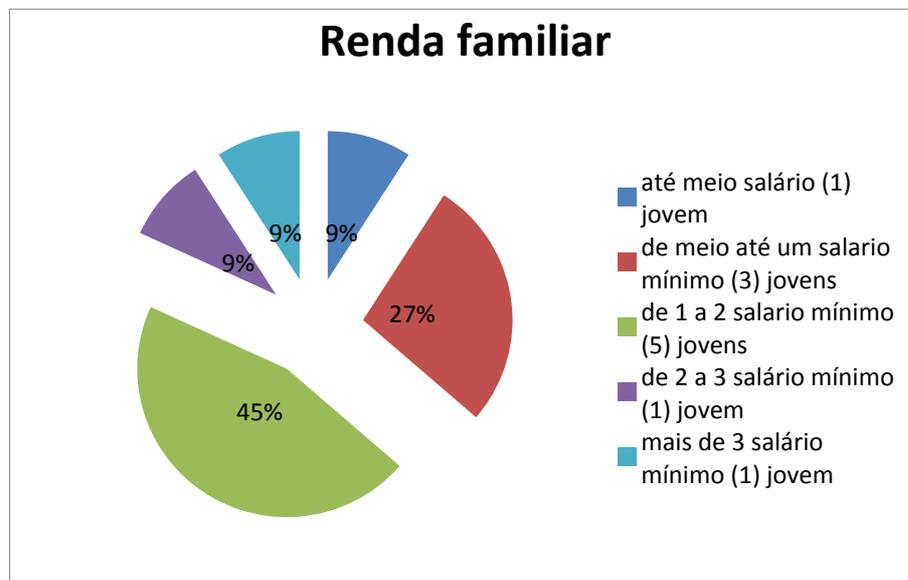


Estes dados revelam que o nível de escolaridade dos/as jovens trabalhadores no mercado informal no metrô do Recife, fica abaixo da média nacional, que já é muito baixa considerando a taxa de países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Dados da "Education at Glance

2017" (um olhar sobre educação), da OCDE, indicam que 53% dos jovens brasileiros estão no ensino médio em 2015, enquanto que a média de jovens matriculados no ensino médio nos países membro daquela organização é de 95%. Os dados acima demonstram que 54% dos jovens trabalhadores no mercado informal do metrô do Recife apenas chegam ao ensino fundamental, destes, dois terços, não completaram esse nível de estudos.

Ou seja, as condições de desigualdades sociais são reveladas também nos níveis de desigualdades educacionais, jovens de famílias de baixa renda são excluídos do acesso à escolaridade mais cedo, reproduzindo-se um círculo vicioso: são pobres não conseguem frequentar regularmente a escola, geralmente por iniciar cedo a vida de trabalho, por não conseguir ser incluído nas condições educacionais adequadas, são mantidos nas piores condições de trabalho.

Gráfico 02 - Renda familiar mensal dos jovens entrevistados:



No que concerne à renda familiar (questão 5), visto no gráfico acima, a maior parte dos jovens cinco (5) indicaram possuir de 1 a 2 salários mínimos. Outros três (3) jovens afirmaram possuir de meio até um salário mínimo. Enquanto um jovem disse ter renda familiar de até meio salário mínimo. E ainda um (1) jovem disse possuir renda familiar de 2 a 3 salários e outro de mais de 3 salários mínimos.

Quanto a ser beneficiário de programas (questão 6) governamentais de transferência de renda como o “bolsa família” e “auxílio moradia”, dos onze (11) jovens entrevistados, a grande maioria oito (8) afirmaram não receber tais benefícios. Entretanto, três (3) jovens dizem receber tal benefício governamental.

	Jove m										
Algum parente já trabalhava nessa atividade		X			X					X	X
Sustentar minha família		X	X	X	X			X			
Falta de qualificação profissional		X	X		X			X		X	
Falta de oportunidades de emprego	X	X					X	X	X		
Conciliar estudo e trabalho					X						
Ser independente				X		X		X			X
Outros						X		X			

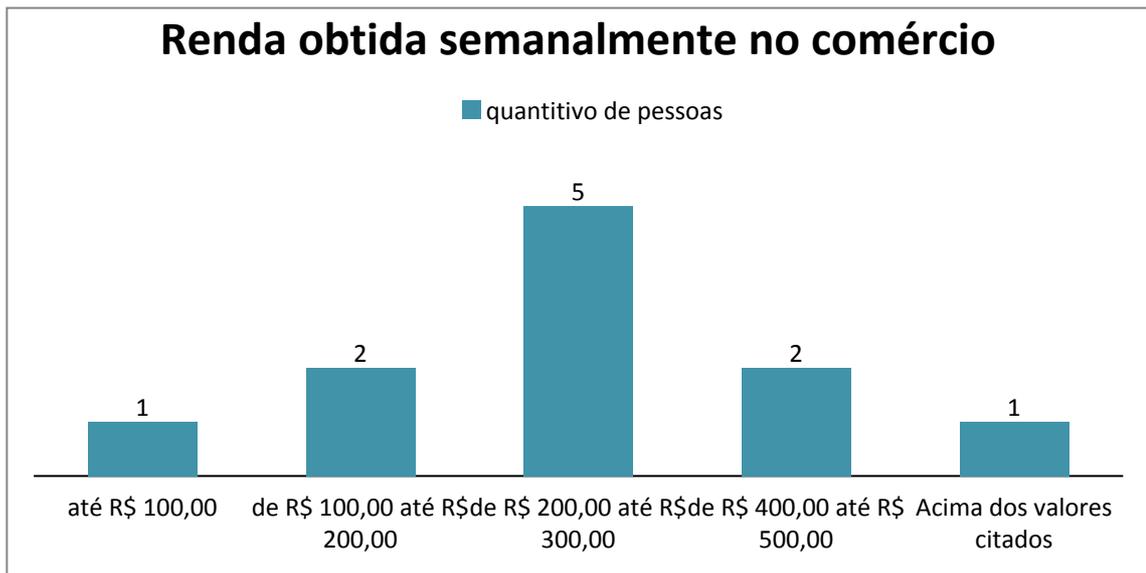
Em relação à atividade profissional, foi questionado ao grupo de jovens pesquisados, sobre o tempo que eles estão trabalhando no comércio informal do metrô do Recife (questão 8). Sendo observado que, dos onze (11) jovens, dois (2) estão no trabalho informal entre 12 e 14 anos. E o mais recente nessa atividade informal tem 5 meses. Ainda há, três jovens, que estão na informalidade pelo menos há 4 anos. E três que estão entre 6 e 9 anos. E outros dois jovens estão no período de tempo de 1 a 2 anos na informalidade.

Ao saber dos jovens se já tiveram outra experiência de trabalho fora do comércio informal (questão 9), em regime de contrato de trabalho, com ou sem carteira assinada, sete (7) jovens alegaram possuir ou que já tiveram experiência e os outros quatro (4) não. Os que afirmaram ter tido experiência com trabalho formal revelam que foram nas seguintes áreas profissionais: fábrica, restaurante, estoque de empresa, vidraçaria, entregador de gelo, auxiliar de mecânico, lava jato, mercearia, lanchonete, bar e mercado. Destacando que esses setes que trabalharam formalmente, apenas dois, tiveram a carteira assinada por três meses e os outros por dois anos.

Sobre a quantificação da renda semanal obtida no trabalho do comércio informal (questão 10), a maioria cinco (5) dos jovens informaram que varia de R\$

200,00 até R\$ 300,00. E dois (2) jovens disseram ter uma renda de R\$ 400,00 até R\$ 500,00, como também (2) jovens relataram entre R\$100,00 até R\$ 200,00. Apenas um jovem relatou acima dos valores citados, e outro (1) jovem relatou ter renda semanal até R\$ 100,00. Como podemos ver no gráfico 4 a seguir.

Gráfico 04 – Renda individual obtida semanalmente pelos jovens entrevistados:



Ao saber dos jovens sobre suas pretensões quanto a sua permanência no trabalho informal ou migrar para outro tipo de ocupação (questão 11), quatro (4) jovens responderam que tem preferência por outro tipo de trabalho formal e dois (2) jovens informaram que pretendem continuar na informalidade. Há dois jovens que possuem visão empreendedora e pensam em abrir seu próprio negócio (lanchonete). Outros três jovens pensam em fazer um curso de nível superior (logística, enfermagem, direito e medicina). Entretanto um jovem revelou o desejo de seguir a carreira militar.

Também foi investigado sobre a participação desses jovens em sindicatos (questão 12), sendo observado que apenas dois (2) jovens, já participaram do Sintraci. E quando indagados se participaram ou participa de alguma outra associação (questão 13), três jovens informaram que participam de associação religiosa e um jovem de uma associação esportiva. Enquanto um (1) dos jovens disse participar do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Ao saber desses onze jovens, sobre o que eles enxergam de bom no seu trabalho informal (questão 14), a maioria seis (6) responderam que é o fato de ter flexibilidade e autonomia de criar seus próprios horários de trabalho.

Todavia, esses jovens apontaram como positivo em seu trabalho informal o fato de obter sua renda, ter sua independência, ser dono do seu próprio trabalho, se relacionar com outras pessoas e desenvolver amizades. E ainda como ponto negativo citaram, o cansaço físico, os agressão física, repressão, e maus-tratos que sofrem ao serem abordados por seguranças, sendo tratados com ladrões e tendo que correr dos policiais para não perderem suas mercadorias.

3.3 A situação dos jovens no metrô sob ótica da sociologia do trabalho

Na grande maioria dos autores tratados nesta monografia, que expressa grande parte da sociologia do trabalho entre autores contemporâneos, como Giovanni Alves (2007), Ricardo Antunes (2003), Anthony Giddens (2012), Robert Brym (2010), Lima (2006) de diferentes formas expressam a diferenciação interna da classe trabalhadora, dando ênfase a uma parte da classe que se encontra nas piores condições de trabalho. Deste modo, “maus empregos”, “trabalho precário”, “trabalho informal”, “trabalhadores pobres urbanos e rurais”, lupem proletariado, “precariação”, “nova precariedade”, aparecem como sinais de trabalho instável, com salários baixos ou baixa remuneração, ser carteira assinada, sem direito a férias, nem a décimo terceiro salário, sem seguro de saúde, ou seja, sem benefícios trabalhistas ou previdenciários. Como vimos nas sessões anteriores e trataremos a seguir, são estas as condições de trabalho dos jovens trabalhadores informais no metrô do Recife.

Os dados e informações apresentados na segunda sessão desse capítulo expressam grandes laços de relações com as elaborações da sociologia do trabalho, sobretudo entre os autores contemporâneos e brasileiros. Partindo da herança histórica de formação da classe trabalhadora brasileira, da herança do trabalho escravo e das péssimas condições de trabalho da população afrodescendente, que foi condenada às piores condições de vida, portanto, às piores condições de trabalho. Conforme lembra Giovanni Alves (2007) sobre natureza colonial-escravista da formação capitalista brasileira, enfatizando que há uma clivagem racial no interior da determinação de classe, e que esta “[...] tenderia a marcar, de modo indelével, a desigualdade social no país (os afrodescendentes constituem o maior contingente de pobres no Brasil)” (ALVES, 2007, p.261).

Verificando a tabela apresentada, dos onze (11) jovens entrevistados, apenas dois (02), se assumem como brancos, enquanto nove (09) se assumem como negros ou pardos. Expressando assim, como, nesta modalidade de trabalho que consideramos precária, a maioria absoluta dos trabalhadores são afrodescendentes. Certamente que este é um elemento que vai marcar na pele, na vida, na alma a identidade dos trabalhadores brasileiros, especialmente aqueles em trabalhos precários, vulneráveis, de baixa renda, como é o trabalho informal entre os jovens no metrô do Recife.

Quanto à situação de moradia e contexto familiar, que são outras dimensões que expressam as condições de vida dos trabalhadores informais do metrô do Recife, com base nas perguntas das entrevistas. Se pensarmos estas condições são partes integrantes das suas vidas, no atual contexto, para o ingresso no mercado informal. E observamos também que todos os jovens são provenientes de bairros periféricos no Recife e RMR, as suas faixas etárias variam entre 15 e 24 anos, seis (6) dos jovens abordados nas entrevistas moram em casas alugadas e cedidas, oito (8) desses jovens moravam com duas pessoas e cinco (5) desses jovens já possuíam filhos. O que em nossa análise, demonstra a grande responsabilidade familiar ao atuar no mercado informal, visto também, que (5) cinco desses jovens, responderam que o motivo de entrarem no comércio informal é sustentar a família.

A inserção prematura no mercado trabalho informal ao ver no panorama do contexto familiar, através dos dados de idade e tempo de trabalho informal, se deduziu que dos onze (11) jovens entrevistados, sete (7) são provenientes da exploração do trabalho infantil mais da metade da amostra, entre os sete (7) sendo a maioria mulheres quatro (4). Esses dados mostram que quanto mais cedo o indivíduo é inserido no mundo do trabalho, menos oportunidade terá com perspectivas de um trabalho formal decente¹⁸, conforme explicitamos em nossa análise. Assim, crianças que tem sua força de trabalho explorada, geralmente não conseguem concluir o ensino secundário como percebemos que apenas um (1) dos onze (11) jovens concluíram o ensino médio e por isso acabam tendo como opção o trabalho informal em condições precárias de vida e de trabalho. Destacamos a

¹⁸ Trabalho promovido com condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana". Organização Internacional do Trabalho (OIT)

importância destes dados na pesquisa que revelam condições de vulnerabilidade social.

Quanto às trajetórias ocupacionais, levamos em consideração, quais atividades executaram anteriormente, quanto tempo está na informalidade, e os aspectos positivos e negativos. Como dito anteriormente, a maioria desses jovens são provenientes de exploração de trabalho infantil, e possuem longas trajetórias no comércio informal. Visto isso, sete (7) jovens já possuíam carteira assinada e dois (2) atuaram em comércio informais locais. Desta forma, identificamos uma interrupção no sentido de sua trajetória ocupacional em relação aos seus trabalhos anteriores, ou seja, neste ponto percebemos que há um sentido mais amplo na formação de suas trajetórias tendo em vista as longas trajetórias no comércio informal e trabalho infantil. Quando perguntados sobre o lado bom do seu trabalho, sete (7) dos jovens afirmaram ter o “próprio horário”, ou “não ter horário fixo” e “flexibilidade”. Frisamos a fala da jovem 6, “não aceitar regras no trabalho”. Com isso vimos o fenômeno da “flexibilidade no trabalho” e também o entendimento de “independência”, é uma clara rejeição do trabalho formal. Tais aproximações partem do processo social de precarização do trabalho no Brasil, pode ser visto como a desfiguração da perspectiva formalização, poderemos dizer que estes jovens são reflexos do processo do movimento de degradação das condições de salariais, já que boa parte deles rejeitam o trabalhos formais como sinônimo de flexibilização, retomamos aqui as proposições de Alves:

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da *flexibilização do trabalho*, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobre trabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital. (ALVES, 2007, p.126)

Desta forma, presenciamos na observação, que vários jovens possuem uma jornada de trabalho muito superior, quando comparada aos trabalhadores formais, que provem de enormes dificuldades, principalmente no contexto local do metrô no ponto de vista da apreensão das mercadorias, e as constantes coerções feitas por parte dos policiais ferroviários federais (PFF). Se analisarmos a flexibilidade do trabalho com o ponto mais explicitado da questão 14, quando perguntado o lado ruim, no qual, nove (9) jovens responderam a questão da perda de mercadorias, como piores fatores do seu trabalho. Identificamos na fala do jovem 11

“discriminação, sofrer agressão física e repressão”. O que caracteriza o atual contexto um ambiente repressivo e conflituoso, já que o medo de perda das mercadorias é constante entre esses jovens. Este fenômeno foi visto na fala da maioria desses jovens, nas conversas informais pós-entrevistas¹⁹. Um outro fator evidente é que apenas dois (2) jovens pretendiam ficar no trabalho informal, em relação ao total da amostra. O que significa, que o trabalho informal é uma transição para maioria desses jovens para o trabalho formal estável profissionalizado, seja nas perspectivas do empreendedorismo ou na construção de outras carreiras, visto na fala de vários deles.

Esta descrição, somada as constatações anteriormente levantadas, conferem com as formulações de Ricardo Antunes (2004), que explicita, “a alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana” (ANTUNES, 2004, 348). Esse autor chama a atenção para o fato de que esse estranhamento e precarização assume as formas mais intensificadas e mesmo brutalizadas, pautada na perda quase completa com a dimensão da humanidade.

Um outro fator preponderante para inserção no trabalho informal, todos estes aspectos da pesquisa citados, como vimos à manutenção das trajetórias no trabalho informal e precário, se deve ao fato também de dois aspectos centrais a emergência de uma inserção prematura no mercado informal. Se observamos, que cinco (5) jovens obtêm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, com os três (3) jovens de meio até um salário mínimo e um (1) jovem com até um salário mínimo, somadas teremos 9 jovens nesta composição, que podem ter renda inferior de 1 a 2 salários mínimos, considerando é claro que não há um renda fixa e observando que a maioria obtém ganhos, já que eles fazem parte do núcleo familiar. E se compararmos que cinco (5) desses jovens informaram que varia seu ganho semanal entre de R\$ 200,00 até R\$ 300,00, somados ao outros três (3) jovens que obtém renda inferiores a este mesmo valor, no total teremos um parte considerável da amostra de oito (8) jovens que obtém ganhos igual ou inferior entre os valores R\$

¹⁹ Nota do autor: relatamos aqui também que no momento da aplicação da entrevista da jovem 2 na estação de Joana Bezerra, presenciamos o fato de dois fiscais a abordarem com bastante truculência, mas, não chegou a recolher as mercadorias. Após o fato, conseguimos encerrar a entrevista e estabelecemos uma boa conversa, apesar do visível estado de inquietude e apreensão da mesma. A mesma relatou que já sofreu violência dos “PF”.

200,00 até R\$ 300,00 se pensarmos tais ganhos em um mês, e estabelecermos uma média fictícia de 250 reais, já que o ganho é variável, no total teríamos R\$ 1000,00 que se enquadram na categoria de salariedade precária de Alves.

Ainda temos no salariedade precária, o *setor não-capitalista* trabalhadores autônomos sem curso superior e com renda superior ou igual a 1/2 s.m. trabalhadores domésticos que recebem 1/2 salários mínimos ou mais e trabalhadores no setor de subsistência. O setor não-capitalista compõe as atividades alternativas de reprodução da força de trabalho. Podem representar um contingente de desemprego oculto. (Alves, 2008, p.270)

É possível perceber a insistência nesta atividade, no primeiro momento pela obtenção de uma renda, apesar das vulneráveis condições e suas precárias trajetórias, pois grande maioria possuíam o desejo de outros trabalhos desde formais, até empreendedorismo. A situação vulnerável ao qual já passaram, e crescentes responsabilidades, vendo também que o comércio se torna claramente um meio de subsistência. Quando formamos o conjunto com sua composição familiar maiorias possuíam duas pessoas no seu seio familiar, cinco (5) dos jovens já possuíam filhos, estes mesmos cinco (5) moram em casa alugadas e cedidas. Evenciamos, mais uma vez a condição de vulnerabilidade social, incidindo diretamente na trajetória do comércio informal que surge como porta de entrada, se tornando uma situação vital de sobrevivência em suas vidas. Assim podemos autenticar a precarização do trabalho está presente na vida desses jovens na sua inserção em trabalhos precários, sendo apontado com uma tendência já ratificada por Alves e Antunes, reflexo em sua maioria da crise dos postos de trabalhos, o desemprego estrutural, transformações e mutações no mundo do trabalho, assim como também a ausência dos direitos trabalhistas.

Com este panorama, acreditamos captar alguns significados subjetivos, seja como produtor de necessidades, seja como produtor de independência, ou de sua própria auto-realização, com uma busca constante de vincularem a um trabalho que possuam mais sentido nas suas vidas, na busca de suas satisfações pessoais e expectativas. Tais tendências são vistas claramente por Abramo:

O trabalho, como atividade ou como aspiração, é uma realidade para metade deste grupo etário, mas normalmente em condições terrivelmente precárias, o que reforça a preocupação existente com o dano que tal experiência pode causar no desenvolvimento e trajetória futura dos jovens que assim vivem esta experiência. [...] O trabalho, portanto, já não aparece como exógeno, resíduo ou projeto futuro; o desemprego é que se coloca como drama. As grandes desigualdades de renda ou classe também não se manifestam, como parecia indicar o senso comum, pela necessidade de entrar ou não no mundo do trabalho, mas pelas chances de encontrar emprego e o tipo de trabalho encontrado. (ABRAMO, 1997, p. 32 -33).

Se analisarmos, que no caso brasileiro a experiência do comércio informal se torna uma emergência devida principalmente, os mecanismos de proteção das políticas públicas, não ser acessado por esses jovens, o que garantem condições degradantes de trabalho precarizado, que nascem da relação do desemprego estrutural, tendo em vista a impotência possuírem trajetórias que se inserem em suas expectativas no mercado de trabalho. Colaborando para um padrão de exclusão social. Nisto Alves e Antunes, apontam como uma particularidade no mundo do trabalho:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 339).

O que revela a impotência desses jovens diante do cenário de competição promovidas pela as novas reestruturações do capital, aliado ao fenômeno do desemprego estrutural, que se inserem em trajetórias de trabalho fortemente precarizadas, que colaborou para a fragmentação da trajetória de vida, como também para a impossibilidade de acesso a políticas públicas e sua inserção no meio formal de empregos. Isto poderemos dizer é reflexo dos processos de precarização do trabalho ou a perda do sentido de sua subjetividade na reprodução da vida social, no ceio da sociedade brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo monográfico, estabeleceu inicialmente a problemática do mundo do trabalho, destacando os jovens que estavam inseridos no comércio informal no metrô do Recife. Estabelecendo o objetivo: investigar as causas que

levam os jovens a se submeterem ao trabalho informal, fortemente precarizado no metrô do Recife. Tendo que enfrentar diversos problemas, desde a fiscalização dos fiscais da empresa, a ausência de direitos trabalhistas e proteção social.–

No primeiro momento, fizemos o levantamento bibliográfico, para constituir este panorama à luz da sociologia do trabalho, em nossa perspectiva teórica partimos da idéia central que o trabalho possui importância vital para a vida humana, sendo uma categoria primordial para sociologia, diante dos diversos fenômenos e mutações que ocorrem no mundo trabalho. Com isto, vimos os teóricos que abordam a centralidade do trabalho, e posteriormente discutimos o panorama da informalidade no Brasil, até a caracterização do local o metrô do Recife, contexto político-social, e estudos recentes do panorama da juventude.

No segundo momento, no decorrer da pesquisa quando fomos a campo, em relação à metodologia relatamos algumas dificuldades na obtenção dos dados, principalmente por ser um ambiente de grande fluidez, e os jovens, constantemente estavam preocupados com a apreensão das mercadorias, por isso inicialmente houve uma rejeição por partes dos entrevistados. Na contextualização do ambiente observamos, por se tratar de uma atividade ilegal, é possível perceber que a identidade do ambulante é associada ao caos social e urbano, comprovamos também um preconceito social referido à sua figura, o que já denotam as condições de trabalho precárias, devido ao fator do constante do medo da apreensão das mercadorias

Ainda referente as dificuldades metodológicas, na execução das entrevistas, que teve a pretensão de realizá-la de uma forma fluída, com a intenção de quebrar o “impacto” no fornecimento dos dados pessoais. E a nosso ver ela cumpriu bem esse papel, apesar de consideremos extensa, mais propositiva, um ponto positivo dela, foi estabelecermos margens no fornecimento das informações mais importantes e difíceis de serem obtidas, principalmente nos aspectos econômicos já que se tratam de dados extremantes pessoais e relevantes para a pesquisa, no sentido de obtermos repostas mais reais.

No decorrer da análise dados e dos fatos observados da pesquisa em campo, as convicções que este estudo monográfico pode afirmar, junto a corpo da pesquisa, partindo da nossa hipótese inicial, que tais jovens se submetem a este nível de trabalho por serem de famílias de “baixa renda”, que portanto necessitam

de fontes complementares da renda familiar, sustento da família, enquanto buscam uma qualificação profissional para um trabalho mais estável.

Observamos que este é um dos fatores, que o conceito e a condição de baixa renda, é insuficiente para caracterizar a condição de vida desses jovens, uma vez que os próprios dados apontam a necessidade de incluir outros elementos, como a condição moradia, condições educacionais, vulnerabilidade familiar e o trabalho executado desde da infância. Como também a busca da qualificação profissional foi um dos fatores percebidos, quando constatados que a maioria dos jovens, tem o desejo por outras qualificações e outros planos que se refletem em dimensões maiores. Apesar de grande maioria, ter sido oriundo de trajetórias de trabalho infantil, com a prematura inserção no mercado informal, vindo de regiões marginalizadas no Recife e RMR. Sendo possível evidenciar as crescentes responsabilidades atuais destes jovens, e a necessidade da obtenção de uma renda viável se coloca como um dos fatores primordiais na inserção destes jovens no trabalho informal precarizado no metrô do Recife.

Em suas rotinas diárias estes jovens, convivem em constante tensão com os policiais federais ferroviários, isso, somados a agressões físicas, repressões, e perda de suas mercadorias. Além disso, o trabalho desses jovens se torna exaustivo devido as suas longas jornadas, que em nosso ponto de vista, se confronta com as suas afirmações de “flexibilidade” e “independência”, mas que não se realiza de fato.

Percebemos também, que o conjunto de fatores mencionados aqui foram decisivos, para interrupção escolaridade, que apenas um desses jovens conseguiu concluir o ensino médio, marcados pela inserção emergencial no mercado informal. Em razão disso, é possível perceber que a exclusão dos jovens na idade de ingresso no mercado de trabalho, principalmente caracterizado pela diminuição dos empregos formais, em um regime de rendas precárias, e que o trabalho informal é um processo de transitoriedade pra estes jovens, visto em nossos estudos como um período de “moratória social”. Contudo, há uma tendência de alargamento dessa transitoriedade.

O fato observado é que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelos jovens, estes são fenômenos ligados diretamente ao processo de estranhamento/alienação na força humana do trabalho, que se tornam mais

precarizados, por estes jovens não possuem acesso aos direitos trabalhistas, e estarem em uma condição de instabilidade cotidiana em seus trabalhos, com aproximações referidas autores abordados nesta pesquisa.

Enfatizamos também, a negligência institucional por partes das autoridades políticas estatais, visto em parte em nossos estudos, na falta de políticas públicas que promovam a valorização, e a inserção desta atividade no meio urbano, que a nosso ver é fruto de uma constante desigualdade social, discriminação, exclusão vivenciadas cotidianamente pelo trabalhadores informais e na rotina diárias desses jovens. Em contrapartida a oferta do estado é a repressão desses jovens, visto que o comércio ainda continua negligenciado, sem soluções eficazes para inserção destes trabalhadores no meio urbano.

Com isso podemos afirmar que esta investigação atinge seus objetivos uma vez que foi possível traçar um perfil em suas trajetórias ocupacionais e contextualizar as condições vida, destacamos o contexto repressivo da luta diárias em sua sobrevivência no trabalho desses jovens. Em termos gerais, levantamentos bibliográficos, sobre trabalho categoria analíticos, precarização do trabalho e juventude, tiveram assertivas aproximações análise dos dados empíricos desta pesquisa, com a observação em campo e análise dos dados.

Desta forma, concluímos que este trabalho monográfico se torna interessante por dar uma contribuição, em especial na análise de grupos de jovens trabalhadores informais no metrô do Recife, em uma abordagem qualitativa. Na tentativa de compreender esta extensa e complexa trajetória de vida desses jovens. A nosso ver construímos uma contribuição razoável, no extenso arcabouço teórico já existente sobre trabalho e juventude, no caso especial dos jovens do metrô do Recife.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMO; Helena. (Org.). **Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. p14. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

ABRAMO, Helena. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, edição especial, n. 5-6, São Paulo: 1997.

_____. **Que é ser jovem no Brasil hoje?** Ou a construção militante da juventude. In: Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional. p. 77-100. Santiago do Chile: Ibase, Polis, IDRC, CIDPA, 2008.

ALCÂNTARA, André *et all.* **Ambulantes e direito à cidade:** trajetórias de vida, organização e políticas públicas. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013.

ALMEIDA, Felipe M. **Conceito de trabalho nos clássicos da sociologia.** In: Espaço livre. V.9, n.18. jul/dez. 2014.

ARAÚJO, Maria S. P. **A aventura do comércio informal no Recife.** 2014. 235 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva:** Ensaio da sociologia do trabalho. Londrina, Ed. Práxis, 2007.

ALCÂNTARA, André *et all.* **Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas.** São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013. 152 p.

ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, Vol. 25, N. 87, P. 335-351, Maio/Ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em: 06 jul. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo: 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

_____, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Ed. Cortez/ Ed.Unicamp, 2003.

ASSIS, Renan Lubanco. **Cidade e “camelôs”:** trabalho e identidade em Campos dos Goytacazes. In: CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 10, mai./ago. 2010.

BRADALISE, Camila; PEREZ, Fabíola e MONTENEGRO, Raul. **Jovens, bem preparados e sem emprego:** Como a crise e a falta de perspectiva ameaçam a juventude mais escolarizada e capacitada que o País já formou. Portal Isto é. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/416144_JOVENS+BEM+PREPARADOS+E+SEM+EMPREGO>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. DIEESE. **Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: juventude 2010-2011**. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/anuario/2011/2011anuariospetrjuventude.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Brasil: 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso: em 16 jul. 2015.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Agenda juventude Brasil. 2013**. Disponível em: <http://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_resumido_eleitoral/1?e=12152407/10629952>. Acesso em: 06 dez. 2019.

BRASIL. **Pesquisa de emprego e desemprego - PED**. Abril. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/ped/2015/PED-DF_abril_2015.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Estatuto da Juventude**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. **Formalizando a juventude informal**: experiências inovadoras no Brasil. Escritório Regional da OIT para América Latina e o Caribe. Peru: OIT, 2015. Disponível em: <http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/brasil_jov_inf.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRYM, *et al.* **Sociologia sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learnig, 2010.

GIL, A. C. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009. 148 p.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

IBGE. **Censo demográfico, 2010**. 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KREIN, José Dari & PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2015.

LIMA, Jacob C. **Trabalho informal, autogestionário e gênero**. *Sociedade e cultura*, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p. 303-310.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Capital**: crítica da economia política, Livro I: O Processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2011.

MAZZON, José A. e KAMAKURA, Wagner A. **Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: teoria, Método, Criatividade. org.– Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

MORETTO, Amilton José. **Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro**: a experiência recente. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/politica_emplo_248.pdf> Acesso em: 01 set. 2018.

OFFE, Claus. **Trabalho**: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, USP, 2011, v. 4, n. 10, p. 1-20.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Tendências mundiais de emprego**. Escritório Internacional do Trabalho. Genebra: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/get2012_763.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Perfil do trabalho decente no Brasil**: um olhar sobre as unidades da Federação. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2012. p 11. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdnovo_880.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

UNFPA. LACAVA, Ulisses; BORELLI, Gabriela e AMORIM, Alexandre. Matéria do Portal UNFPA. **Relatório do UNFPA aponta que a população mundial de 1,8 bilhão de jovens é a chave para o desenvolvimento global**. 2014. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/914-relatorio-do-unfpa-aponta-que-a-populacao-mundial-de-1-8-bilhao-de-jovens-e-a-chave-para-o-desenvolvimento-global>>. Acesso em: 06 out. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007. Primeira parte (primeira sessão), p. 9-311.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE A

Entrevista sócio-econômica com jovens que trabalham no comércio informal no metrô do Recife

Entrevista sócio-econômica

Dados Pessoais

Nome (pseudônimo):

Idade: Sexo: Cor/Raça:

Estado civil:

Local onde reside: _____

1. A casa onde você é mora atualmente é?
 - a) Própria
 - b) alugada
 - c) cedida

2. Quantas pessoas moram em seu domicílio?
 - a) Sozinho
 - b) De 1 a 3
 - c) De 3 a 6
 - d) De 7 a 10
 - e) 10 ou mais

3. Possui filhos?
 - a) Sim. Quantos: _____
 - b) Não

4. Qual a sua escolaridade?
 - a) Fundamental incompleto
 - b) Fundamental completo
 - c) Ens. Médio incompleto
 - d) Ens. Médio completo
 - e) Universitário

5. Aproximadamente quanto é sua Renda familiar?
 - a) Até meio salário mínimo
 - b) De meio até um salário mínimo
 - c) De 1 a 2 salário mínimos
 - d) De 2 a 3 salário mínimos
 - e) Mais de 3 salário mínimos

6. Participar de algum programa do governo (bolsa família, auxílio moradia...)?
 - () Sim
 - () Não

7. Por que motivo está trabalhando no comércio informal?

- Algum parente já trabalhava nessa atividade
 - Sustentar minha família
 - Falta de qualificação profissional (transitoriedade)
 - Falta de oportunidades de emprego
 - Conciliar estudo e trabalho
 - Ser independente
 - Outros:
-

8. Por quanto tempo que você está trabalhando no comércio informal?

9. Já executou alguma atividade fora do comércio informal (Contrato de trabalho sem carteira assinada ou contrato trabalho com carteira assinada)?

- Sim
- Não

Se Sim, Qual?

Por quanto tempo?

10. Em média você sabe qual a renda obtida semanalmente através do comércio?

- a) Até R\$ 100,00
- b) De R\$ 100,00 até R\$ 200,00
- c) De R\$ 200,00 até R\$ 300,00
- d) De R\$ 400,00 até R\$ 500,00
- e) Acima dos valores citados

11. Você pretende trabalhar sempre no comércio informal ou você prefere outro tipo de trabalho - quais expectativas que você tem no futuro?

12. Já participou do sindicato?

- Sim

Não

13. Se já participou ou participa de alguma outra associação?

Moradores

Esportiva

Recreativa

Religiosa

Categoria profissional

14. Qual é o lado bom e ruim no seu trabalho?

BOM	RUIM